

***CONTABILIDADE SOCIAL:
CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA
DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES COM
IPDM MÉDIO-BAIXO***

CASSIANA KUSZNERIK
MÔNICA APARECIDA BORTOLOTTI
ALMIR CLÉYDISON JOAQUIM DA
MARICLÉIA APARECIDA LEITE NOVAK

**CONTABILIDADE SOCIAL:
CARACTERIZAÇÃO
SOCIOECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS
PARANAENSES COM IPDM MÉDIO-
BAIXO**

Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade do(s) autor(es).
Esta publicação está licenciada sob [CC BY-NC-ND 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

Conselho Editorial

Prof. Dr. Ednilson Sergio Ramalho de Souza - UFOPA
(Editor-Chefe)

Prof. Dr. Laecio Nobre de Macedo-UFMA

Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa-UFMA

Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida-UFOPA

Prof. Me. Éfrem Colombo Vasconcelos Ribeiro-IFPA

Prof. Me. Jorge Carlos Silva-ULBRA

“Acreditamos que um mundo melhor se faz com a difusão do conhecimento científico”.

Equipe Home Editora

Cassiana Kusznerik
Mônica Aparecida Bortolotti
Almir Cléydison Joaquim Da
Maricléia Aparecida Leite Novak

**CONTABILIDADE SOCIAL:
CARACTERIZAÇÃO
SOCIOECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS
PARANAENSES COM IPDM MÉDIO-
BAIXO**

1ª Edição

Belém-PA
Home Editora
2024

© 2024 Edição brasileira
by Home Editora

© 2024 Texto
by Autor

Todos os direitos reservados

Home Editora
CNPJ: 39.242.488/0002-80
www.homeeditora.com
contato@homeeditora.com
91988165332
Tv. Quintino Bocaiúva, 23011 - Batista Campos,
Belém - PA, 66045-315

Editor-Chefe

Prof. Dr. Ednilson Ramalho

Arte gráfica e capa

homeeditora.com

Revisão, diagramação dos textos

Autores

Bibliotecária

Janaina Karina Alves Trigo Ramos

CRB-8/009166

Produtor editorial

Laiane Borges

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)



C759

Contabilidade social: caracterização socioeconômica dos municípios paranaenses com IPDM médio-baixo / Cassiana Kusznerik *et al.* - Belém: Home, 2024.

Outros autores

Mônica Aparecida Bortolotti

Almir Cléydison Joaquim Da

Maricléia Aparecida Leite Novak

Livro em PDF

58p.

ISBN: 978-65-85712-93-4

DOI: 10.46898/home.a3190a39-3080-428c-b1d5-3c473528adde

1. Contabilidade social. I. Kusznerik, Cassiana *et al.* II. Título.

CDD 300

Índice para catálogo sistemático

I. Ciências Sociais.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
1.1 Objetivos	5
1.1.1 Objetivo geral	5
1.1.2 Objetivos específicos.....	6
1.2 Justificativa	6
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1. Contabilidade social: aspectos de crescimento econômico	11
2.1.1 PIB e PIB per capita	13
2.1.2. Valor adicionado a preços básicos	16
2.1.3 Valor adicionado fiscal.....	17
2.2 Abordagens e perspectivas de desenvolvimento	18
2.2.1. Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal (IPDM)	20
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
3.1 Quanto aos objetivos	22
3.2 Quanto aos procedimentos	23
3.3 Quanto a problemática	24
3.4 População e amostra	25
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	27
4.1 Caracterização dos municípios paranaense com médio-baixo IPDM	27
4.2 Análise do IPDM geral e áreas de composição: saúde, educação, emprego, renda e produção agropecuária	32
4.3 PIB e subsetores	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46
APÊNDICE	49

CONTABILIDADE SOCIAL: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES COM IPDM MÉDIO-BAIXO

CASSIANA KUSZNERIK
MÔNICA APARECIDA BORTOLOTTI
ALMIR CLÉYDISON JOAQUIM DA
MARICLÉIA APARECIDA LEITE NOVAK

RESUMO

A busca por melhores condições de vida passou a ser objetivo da maioria dos países do mundo, não sendo diferente no Brasil. O presente trabalho busca evidenciar aspectos do desenvolvimento e crescimento econômico nos municípios paranaenses com IPDM médio-baixo entre os anos de 2009 e 2018, por meio da caracterização social e econômica. O ponto de partida para a pesquisa foi o indicador de 2018, por meio das contas da contabilidade social e dados organizados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). A pesquisa teve caráter descritivo, com abordagem qualitativa, tendo como amostra 29 municípios paranaenses com IPDM médio-baixo no ano de 2018. Os resultados gerais apontaram que 93,10% dos municípios pesquisados são de pequeno porte. Ao realizar a estratificação do IPDM médio-baixo em três subclasses, evidenciou-se a proximidade dos municípios ao IPDM médio, sugerindo sua evolução positiva futuramente. Sobre as áreas de composição do IPDM: i) a saúde configura-se como uma importante área que auxilia na elevação do IPDM geral; ii) a área da educação mantém-se em oscilação, não sendo unânime seu comportamento; e iii) na área de emprego, renda e produção agropecuária, o indicador se mostrou deficitário em todos os anos, demandando atenção em termos de políticas públicas em vista a qualidade de vida da população envolvida. E em termos de contribuição para o Valor Adicionado a preços básicos total, o setor econômico menos expressivo nos municípios foi a indústria, necessitando de incentivos.

Palavras-chave: IPDM médio-baixo; Crescimento econômico; Desenvolvimento; Municípios paranaenses; Contabilidade social.

1. INTRODUÇÃO

A busca pelo crescimento econômico aliado ao desenvolvimento da qualidade de vida das sociedades tornou-se objetivo da maioria dos países ao redor do mundo (PEREIRA, 2014), fato que também se observa ao longo da história brasileira. Neste contexto, Neto *et al.* (2017) destacam que as políticas de incentivo federal ao crescimento e, posteriormente, ao desenvolvimento tem ganhado importância ao longo das décadas, especialmente a partir dos anos de 1950 com o reconhecimento de noções multidimensionais atrelada a noção de desenvolvimento. O avanço desse debate também contribuiu para a distinção dos conceitos de crescimento e desenvolvimento que, por conseguinte, elevou as preocupações e a necessidade de atuação do Estado para diminuir as disparidades socioeconômicas existentes e agravadas no período após a Segunda Guerra Mundial (SANTOS *et al.*, 2012).

A ideia de desenvolvimento humano surge nesse mesmo período histórico associado às preocupações com a elevação da qualidade de vida da população. Estas questões tomam uma proporção mundial após a devastação humana e econômica causada pela guerra, passando a influenciar a formulação de políticas públicas. Nesse sentido, pode-se destacar que crescimento econômico, desenvolvimento socioeconômico e desenvolvimento humano constituem-se como objetivos da maioria dos países, variando seu nível de preocupação conforme inclinação dos governos (PEREIRA, 2014). Mas como realizar a mensuração destes temas? E para que mensurá-los? Qual a sua importância? O que esses conceitos refletem na vida das pessoas em sociedade?

De forma geral, a mensuração destes indicadores na vida da população é complexa e necessária para compreensão e orientação de políticas governamentais. Tal necessidade visa identificar a situação em que se encontra cada sociedade, com o intuito de realizar melhorias em setores importantes para a elevação da qualidade de vida.

O caminho usualmente utilizado para auferir tais cenários dar-se por meio do acompanhamento de indicadores. De acordo com Siedenberg (2003), esses indicadores são uma espécie de representação de uma realidade muito mais complexa. A mensuração de indicadores representa a avaliação das condições analisadas, para que a partir disso providencias sejam tomadas.

Os indicadores de crescimento geralmente utilizados são o Produto Interno Bruto (PIB) e PIB *per capita*. Assim como os indicadores de crescimento, os indicadores de desenvolvimento podem ter alcance global, nacional ou municipal, a exemplo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM). No caso do IPDM sua utilização é exclusiva para os municípios paranaenses, visando avaliar o desenvolvimento econômico e social. Outro indicador de desenvolvimento muito expressivo é o Índice de Gini que objetiva avaliar a concentração de renda (FUNDAÇÃO GEÚLIO VARGAS, 2009).

É importante destacar que indicadores mais amplos, a exemplo do IDH possuem também utilização mais ampla. Dessa maneira, para melhor avaliação de políticas públicas em nível interno, o ideal seria a utilização de indicadores mais específicos para observar os aspectos do desenvolvimento (FUNDAÇÃO GEÚLIO VARGAS, 2009).

Tendo em vista que crescimento econômico e desenvolvimento econômico são conceitos dependentes, porém diferentes, autores como Oliveira (2002), Milone (2004) e Lamonica (2014) enfatizam que o desenvolvimento está ligado à melhoria das condições de vida da população (em aspectos que envolvem saúde, educação, renda, emprego e outros), enquanto o crescimento está relacionado ao aumento da produção. Nesse sentido, a metodologia do IPDM (Nota metodológica¹ IPARDES-2018) procura reunir aspectos de crescimento econômico (ligado ao emprego, renda e produção agropecuária) a fatores relacionados à qualidade de vida/bem-estar da população (como a saúde e educação), resultando em um conceito mais amplo de desenvolvimento econômico.

A ponderação equivalente das três principais áreas ou dimensões de desenvolvimento econômico e social (renda, emprego e produção agropecuária; educação; e saúde) forma, portanto, a base de cálculo para o IPDM dos municípios do Estado do Paraná. Cabe ainda destacar que este indicador procura analisar as condições socioeconômicas dos municípios a partir de quatros estágios de desempenho (baixo, médio-baixo, médio e alto).

¹ Nota metodológica disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/Metodologia%20IPDM%202016.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2021.

Tendo em vista a constante busca pela melhoria do IPDM dos municípios, pelo fato de que este se reflete na vida da população que o integra, buscamos caracterizar os municípios com menor estágio de desempenho em 2018, no caso com IPDM médio-baixo. A justificativa em estudar esses municípios, se deve a possibilidade de identificar fatores relevantes que possam auxiliar na gestão dos municípios da amostra.

Ao observar o IPDM geral do ano 2018, nenhum município foi classificado no nível de baixo desempenho, 29 apresentaram médio-baixo desempenho, 361 foram classificados como médio desempenho e apenas 9 com alto desempenho (IPARDES, 2021). Neste contexto, parte-se da seguinte problemática de pesquisa: **Qual é a caracterização socioeconômica dos municípios paranaenses classificados com médio-baixo Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM), entre os anos de 2009 e 2018?**

Para tanto, é importante a compreensão das subáreas do IPDM que estão influenciando na classificação dos municípios paranaenses no nível médio-baixo desempenho do indicador, assim como observar quais setores econômicos se destacam nas economias municipais, por meio de dados do PIB e concentração de renda pelo Índice de Gini.

1.1 Objetivos

Para responder a problemática de pesquisa, este trabalho conta com os seguintes objetivos gerais e específicos:

1.1.1 Objetivo geral

Analisar a caracterização socioeconômica dos municípios do Paraná com nível médio-baixo no Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM), tomando como base os resultados de 2018 e como o índice se comportou entre 2009 e 2018.

1.1.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos do trabalho são:

- a) Verificar o IPDM geral nos municípios paranaenses com médio-baixo desempenho e a influência de cada subárea no resultado do indicador;
- b) Levantar a participação de cada setor econômico no PIB dos municípios pesquisados;
- c) Analisar o comportamento de crescimento econômico ou desenvolvimento dos municípios paranaenses classificados com o nível médio-baixo no IPDM.

1.2 Justificativa

A busca pelo crescimento e desenvolvimento são expressões de anseios globais, cujos aspectos de distinção se ampliaram no pós Segunda Guerra Mundial, assim como se reconheceu diferentes aspectos qualitativos e multidimensionais atreladas a noção de desenvolvimento. Nesse período, ampliou-se significativamente as preocupações das nações em evitar situações de calamidade social e econômica, parecidas com as barbáries ocorridas nos campos de batalha e em seu entorno. Soma-se a isso a consolidação e o desenvolvimento capitalista e dos tempos modernos (PEREIRA, 2008; 2014).

Em 2015 em reunião realizada na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), foram traçados objetivos para o desenvolvimento sustentável, entre os países membros. Dentre os principais objetivos, procurou-se equilibrar as dimensões do desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental), expressando assim a relevância da busca pelo desenvolvimento de municípios, estados e nações (AGENDA 2030-UNIC-Rio, 2015).

O desenvolvimento econômico envolve a mudança de aspectos estruturais de uma sociedade. A esse respeito, Souza (2006, p.6) indica que “[...] o desenvolvimento econômico implica mudança de estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionais, com melhoria da produtividade e da renda média da população”. Existem, portanto, diversos fatores interligados para promoção de uma sociedade cada vez mais desenvolvida, necessitando compreender como se dá a composição dessa estrutura.

Considerando que “[...] pode haver crescimento econômico sem, necessariamente, ocorrer o desenvolvimento” (LAMONICA, 2014, p. 122), estudos que procurem refletir e aprofundar análises nessa direção ganham importância significativa, como é o caso dos objetivos do presente trabalho. Além de compreender como as variáveis que compõe o IPDM estão organizadas, o trabalho também inclui nas análises o PIB e o coeficiente de Gini, para verificar o grau de desigualdades dos municípios.

Portanto, a realidade concreta demanda de mensuração da situação econômica e social de cada nação. Siendenberg (2003) relata a necessidade de indicadores que incorporem aspectos de saúde e educação, além da utilização do PIB.

Para Bortolotti e Kuzma (2013) é de fundamental importância o conhecimento da situação socioeconômica de uma região para o direcionamento de esforços com fins de melhoria das condições de vida das pessoas. Nesse sentido, é indispensável a utilização do capital humano presente nas instituições – principalmente as instituições de ensino – para compreender a situação dos municípios com menor desenvolvimento. Dessa forma, para alcançar o desenvolvimento algumas vias podem ser adotadas, como trataremos a seguir.

No caso dos municípios do Estado do Paraná, legislações estaduais preconizam a necessidade destes possuírem análises socioeconômicas para embasamento quanto ao a formulação e acesso às políticas de incentivo e financiamento (LIMA, 2018). Dessa maneira, compreender a caracterização desses municípios se apresenta como relevante, especialmente por serem aspectos que fundamentam a tomada de decisão e mobilização de recursos por parte do poder público municipal.

A observação da composição dos índices, por meio das contas provenientes da contabilidade social, fornece importantes *insights* para análise e interpretação da realidade socioeconômica de determinadas localidades. A esse respeito, Bortolotti, Paluch e Clazer (2013 p. 1) destacam que a avaliação do “[...] grau de desenvolvimento de um município agrega valor tanto para a administração pública como para a sociedade em geral, pois por meio dessa avaliação é possível observar como está a atuação do governo [...]”. A atuação do governo pode ser observada em todas as instancias, não somente municipal, mas também estadual e federal.

Nesse sentido, para acompanhar o nível desempenho dos municípios do estado do Paraná, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) divulga, com periodicidade anual, o Índice IparDES de Desenvolvimento Municipal (IPDM). O IPDM tem como objetivo “[...] explicar melhor a realidade e medir o desempenho da gestão e ações públicas de todos os municípios paranaenses” (TERNOSKI; RIBEIRO; CLEMENTE, 2017, p. 5). Para tanto, pode-se indicar que o IPDM surge como uma forma de avaliação da gestão pública tanto municipal como estadual, assim como fornece subsídios para a formulação e o acompanhamento de políticas públicas. Além disso, é utilizado também como parâmetro pelas próprias administrações públicas na tomada de decisão.

Além da importância da observação dos indicadores como representação de uma realidade muito mais complexa, Siendenberg (2003) destaca que indicadores desta natureza procuram compreender o que corrobora para os diferentes estágios de desenvolvimento local, que variam conforme a metodologia de cada indicador. No caso do IPDM, as classificações envolvem os níveis de desempenho baixo, médio-baixo, médio ou alto. Neste trabalho, o foco de análise se volta para a caracterização socioeconômica dos municípios paranaenses classificados com desempenho médio-baixo no IPDM, assim como os fatores de influência de cada área no resultado geral do indicador, impulsionado pela inexistência de municípios com IPDM baixo e necessidade contínua de melhoria dos indicadores dos municípios.

Para Barros, Stroparo e Mikuska (2020, p. 4) a análise por meio dos indicadores e de sua composição permite “[...] apontar quais setores necessitam uma maior atenção de seus governantes”, como também da sociedade civil. Nessa mesma direção, Souza (2006, p. 6) destaca a importância das “[...] interdependências entre os setores produtivos e a necessidade de aperfeiçoar tais estruturas, assim como eliminar os pontos de estrangulamentos do desenvolvimento”.

O alcance de indicadores de desenvolvimento mais favoráveis para os municípios paranaenses que estão em classificações muito baixas representa um grande desafio. No ano de 2018, o IPDM médio-baixo (indicador de 0,4 a 0,6) correspondeu a mais baixa classificação do desempenho das condições socioeconômicas dos municípios do Paraná. É neste contexto que se analisou a caracterização socioeconômica dos municípios classificados com IPDM médio-baixo no Estado do Paraná e potenciais situações que podem contribuir com este estágio,

tomando como base o ano de 2018, assim como uma análise do comportamento do índice ao longo dos últimos dez anos.

Analisar a caracterização socioeconômica dos municípios classificados com IPDM médio baixo do Paraná se faz relevante tanto pela possibilidade de identificar possíveis áreas estratégicas que podem ser fomentadas e que possam influenciar essa realidade quanto para a criação de base de estudo para outros trabalhos que possam auxiliar na organização de políticas voltadas para o desenvolvimento desses municípios. Além disso, destaca-se que este trabalho pode propiciar maior clareza da caracterização socioeconômica dos municípios com IPDM médio baixo para possíveis empresas que buscam fatores de produção e características existentes nesses locais.

Considerando a busca pelo crescimento econômico, desenvolvimento socioeconômico, mensuração de indicadores para avaliação das gestões, assim como a análise socioeconômica para acesso a políticas públicas de fomento, justifica-se a importância de conhecer a composição socioeconômica dos municípios paranaenses com IPDM médio baixo.

Feita estas considerações, o próximo capítulo concentra-se na fundamentação teórica, destacando alguns agregados macroeconômicos e aspectos do sistema de contabilidade social.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A relevância dada ao crescimento e desenvolvimento perpassa a vida cotidiana dos cidadãos, instituições e organizações, pois impacta diretamente nas suas condições de existência. Expressão disso consta na Constituição Federal de 1988, que em seu art. 3º destaca os seguintes objetivos: “[...] II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; [...]” (BRASIL, 1988, online). Com estes objetivos, evidencia-se a intenção da carta magna em estimular o desenvolvimento do país que, por extensão também abrange os municípios brasileiros. Em situação convergente, o inciso III se apresenta como uma necessidade para a efetivação do conceito de desenvolvimento nacional.

Ainda a respeito do crescimento econômico nas sociedades, é importante destacar que o mesmo, enquanto campo da teoria econômica, apresenta algumas condições fundamentais para a sua efetivação, como: i) o acúmulo de capital; ii) o crescimento da população; e iii) os avanços na tecnologia. O acúmulo de capital pode se manifestar em máquinas e equipamentos, obras e investimento nos recursos humanos a fim de melhorar a mão de obra disponível. No que se refere ao aumento populacional, trata-se de aspectos relacionados a entrada de estrangeiros ou aumento da natalidade, com desdobramentos econômicos a partir de uma maior oferta de mão de obra e maior demanda de produtos e serviços. Por fim, a tecnologia pode atuar de forma a auxiliar no contingenciamento do uso de recursos humanos ou de capital, a depender da realidade de cada país; por outro lado, a tecnologia poderia assumir um papel de neutralidade não interferindo no volume dos recursos a serem utilizados (MILONE, 2004).

Não obstante, o crescimento econômico pode ser conceituado como um processo centrado no “[...] aumento contínuo do produto nacional em termos nacionais ou per capita ao longo do tempo” (MILONE, 2004, p. 3). Pressupõe-se, portanto, uma maior eficiência do sistema produtivo nos diversos setores econômicos.

De forma interdependente, os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico são interligados, sendo que há uma confluência dos seus resultados na economia de forma geral, porém é necessário fazer sua análise por meio de dados, visando maior clareza para as discussões.

Neste contexto, este capítulo está estruturado em duas seções: i) contabilidade social: aspectos de crescimento econômico; e ii) abordagens e perspectivas de desenvolvimento.

2.1. Contabilidade social: aspectos de crescimento econômico

A contabilidade social compõe parte dos estudos do campo da macroeconomia². Com os dados fornecidos pela contabilidade social, a macroeconomia busca analisar os agregados econômicos, que de acordo com Vasconcelos e Garcia (2007, p. 83), são: “[...] renda e produto nacional, nível geral de preços, emprego e desemprego, estoque de moedas e taxas de juros, balança de pagamento e taxa de câmbio”. A contabilidade social visa, portanto, mensurar esses grandes agregados para auxiliar na tomada de decisão dos agentes econômicos – governos, produtores e consumidores em uma sociedade.

Ainda de acordo com Vasconcelos e Garcia (2007), a atuação da contabilidade social desenvolveu-se em relação à mensuração dos agregados econômicos de um país³. A operacionalização desse processo ocorre por meio de registros contábeis, objetivando mensurar dados, em um determinado período de tempo (anual, trimestral e mensal). Quando mensurados, esses agregados são objeto de estudo da macroeconomia, que visa verificar as determinações e as relações entre estes grandes blocos.

Para Feijó e Ramos (2013, p.1), os “[...] sistemas de contabilidade nacional são sistemas de avaliação consistente, padronizada e contínua da atividade econômica”. Esses sistemas de contabilidade nacional são denominados de Sistema de Contas Nacionais (SCN).

O Sistema de Contas Nacionais corresponde a uma forma contábil de agrupar os grandes agregados econômicos de forma padronizada e contínua dos fatores de produção, a fim de produzir informações que serão utilizadas na composição de dados

² A teoria econômica apresenta duas grandes áreas de interesse de estudos: i) microeconomia, voltada para o estudo do comportamento dos agentes econômicos individuais no mercado; e ii) macroeconomia, que estuda a determinação e o comportamento de grandes agregados da economia (VASCONCELLOS; GARCIA (2007).

³ Existem também Sistemas de Contas Regionais, voltado para a contabilização do nível de produção de municípios, Estados e as regiões brasileiras.

estatísticos, orientação da tomada de decisões e formulação de políticas públicas. Esses dados são trabalhados pela macroeconomia para a construção e avaliação de modelos teóricos no campo econômico, estudo teórico e análise da economia, como também possibilitam que a população tenha acesso aos principais indicadores econômicos (FEIJÓ; RAMOS, 2013).

A Contabilidade Social e o Sistema de Contas Nacionais são instrumentos fundamentais que possibilitam tanto a avaliação quantitativa e o acompanhamento sistemático do nível de produção de uma economia quanto a realização de comparações entre diferentes países, regiões, Estados e municípios. Nesse sentido, o Sistema de Contas Nacionais ou Regionais, fornece a padronização, hierarquização dos fatores, classificação das atividades econômicas e o agrupamento de todas as transações monetárias a partir de diferentes processos de produção, compreendendo determinado território (FEIJÓ; RAMOS, 2013).

Ainda tratando do papel da Contabilidade Social, se utilizando do SCN, o resultado estatístico mais importante e talvez mais utilizado para realizar comparações entre países e períodos é o Produto Interno Bruto (PIB). Este corresponde a produção de bens e serviços em determinado período de tempo e em certo território (FEIJÓ, RAMOS, 2013).

É importante mencionar que a contabilidade brasileira se estruturou a partir da teoria do economista inglês John Maynard Keynes e baseia-se no método das partidas dobradas, utilizado na contabilidade geral. Também é interessante pontuar que as orientações para elaboração das contas nacionais são advindas das Nações Unidas (FEIJÓ, RAMOS, 2013).

Desde 1985, a responsabilidade oficial pela organização das contas nacionais no Brasil é do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Antes disso, as Contas Nacionais eram denominadas de Contas de Consolidação da Nação e produzidas pela Fundação Getúlio Vargas (FEIJÓ, RAMOS, 2013).

Dessa forma, os resultados mais difundidos nacionalmente e que são resultados da contabilidade social, em especial do SCN, são o PIB, PIB per capita, que serão discutidos a fim de observar quais setores estão contribuindo mais significativamente para a composição do PIB. As próximas subseções aprofundam a discussão nestes e em outros agregados macroeconômicos.

2.1.1 PIB e PIB per capita

Nesta subseção serão enfatizadas as possibilidades de mensuração do nível de produção. Para tanto, utilizou-se especialmente os autores Feijó e Ramos (2013) e Vasconcelos e Garcia (2007), em decorrência da identificação de uma convergência conceitual entre os autores no que se refere às óticas de mensuração.

Inicialmente é importante destacar que o PIB e PIB per capita são indicadores que não conseguem capturar o desenvolvimento especificamente, pois ao medir o nível de crescimento econômico não se faz distinção do possível agravamento das desigualdades sociais. Porém, ainda é um indicador expressivo em termos de crescimento e para a tomada de decisões, especialmente nas políticas econômicas (SIEDENBERG, 2003).

É importante destacar que o PIB não é um componente de riqueza produzida em um país, pois não ocorre nenhum tipo de reserva ou de valores sendo estocados⁴ na economia. Nesse sentido, os valores do PIB possuem uma dimensão temporal, sendo considerados ao longo de um determinado período temporal. A esse respeito, o IBGE (2020, online) indica que o “PIB é um indicador de fluxo de novos bens e serviços finais produzidos durante um período”.

Dessa maneira, o PIB é um indicador do nível de produção geral da economia que acaba desconsiderando fatores importantes como a distribuição da renda, por exemplo. Um PIB elevado não garante qualidade de vida para toda a população, como também um baixo PIB não pressupõe desigualdade social (IBGE, 2020).

O PIB⁵ corresponde a mensuração da produção de “[...] todas as unidades produtoras da economia (empresas públicas e privadas produtoras de bens e prestadoras de serviços, trabalhadores autônomos, governo etc.)”. Soma-se a essa conceituação o fato do recorte temporal e territorial trabalhado a preços de mercado (FEIJÓ; RAMOS, 2013, p. 21).

⁴ O PIB é uma variável que representa o fluxo de renda, de despesa ou de produção em um determinado período. A riqueza seria no entanto, para mensurar o estoque acumulado ao longo do tempo que foram somados.

⁵ Dados de composição do PIB são diversos e numerosos, provenientes do IBGE ou de órgãos externos: Balanço de pagamentos (Banco Central); Declaração de informações Econômico-Fiscais da pessoa Jurídica – DIPJ (Secretaria da Receita federal; Índice de Preços ao Produtor Amplo – IPA (FGV); Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (IBGE); Produção Agrícola Municipal – PAM (IBGE); Pesquisa Anual de Comércio – PAC (IBGE); Pesquisa Anual de Serviços – PAS (IBGE); Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF (IBGE); Pesquisa Industrial Anual de Empresa – PIA Empresa (IBGE); Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física – PIM-PF (IBGE); Pesquisa Mensal de Comércio – PMC (IBGE); Pesquisa Mensal de Serviços – PMS (IBGE) (IBGE, 2020).

Em sentido convergente, Vasconcelos e Garcia (2007, p. 104) indicam que o PIB corresponde ao “[...] somatório de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território nacional num dado período valorizado a preços de mercado [...]”. Nesse sentido, o PIB é mensurado sem levar em consideração se os fatores de produção são de propriedades de residentes ou não residentes, pois se considera o que é produzido dentro dos limites territoriais de um país em um determinado período e não para onde os frutos dessa produção serão direcionados.

Entretanto, existe um outro indicador que considera a produção dos cidadãos, independentemente de onde ocorreu a produção, que é o Produto Nacional Bruto (PNB), ou seja, todos os bens e serviços produzidos. Para se chegar o PNB é necessário acrescentar ao PIB (tudo o que é produzido nas fronteiras dos países, estados ou municípios) o que é recebido do exterior e subtrair o que é enviado ao exterior (VASCONCELOS; GARCIA, 2007, p. 104). Nesse sentido, o PNB pode ser representado pela seguinte equação:

$$PNB = PIB + Renda\ recebida\ do\ exterior - Renda\ enviada\ ao\ exterior \quad (1)$$

Dessa forma, o PNB representa a renda aos nacionais, independentemente de onde a produção ocorreu, porém a renda recebida pelo Brasil é menor do que a enviada para o exterior. Além da observação do PNB para a compreensão a dinâmica das contas nacionais, se faz relevante distinguir o PIB em termos de representação de seu valor nominal e real.

PIB e PNB são indicadores econômicos que representam o valor que foi agregado nos bens e serviços produzidos em um período de tempo específico. Para organizar esses indicadores é preciso seguir padrões internacionais que normatizam essa sistematização, a fim de possibilitar comparações e avaliações entre países.

O PIB nominal é utilizado para representar a produção do ano em questão. Entretanto, para a realização de comparações entre o PIB em uma série histórica de anos se faz necessário o uso do PIB real, retirando o efeito da inflação do período (VASCONCELOS; GARCIA, 2007).

No caso do PIB *per capita*, o PIB total é dividido pelo número de habitantes (população estimada), considerando um mesmo período temporal. Ainda que o PIB *per capita* represente um indicador geral que auxilia na avaliação da vida e

desenvolvimento do país, sua utilização deve ser feita com cautela, especialmente em um país como o Brasil em que a concentração de renda é elevada (FEIJÓ; RAMOS, 2013).

O Quadro 1, abaixo, apresenta uma sistematização dos conceitos de PIB real, PIB nominal e PIB *per capita*.

Quadro 1 – PIB real, nominal e PIB per capita

CONCEITO	DESCRIÇÃO
PIB Real	Mensurado a preços básicos constantes. Sem o efeito da inflação. Utilizado para comparação do PIB entre vários anos.
PIB Nominal	Mensurado com efeito inflacionário do ano de ocorrência da produção. Utilizado para observar o PIB de um determinado ano.
PIB per capita	PIB nominal dividido pela população do país.

Fonte: elaboração própria, a partir de Vasconcelos e Garcia (2007) e Feijó e Ramos (2013)

A respeito do tratamento dos indicadores, Siedenberg (2003) afirma que, de forma geral, os indicadores *per capita* tem natureza econômica e buscam exprimir estatisticamente o que é medido de maneira direta. Já os indicadores percentuais têm caráter mais social e buscam demonstrar quanto certa população possui ou tem acesso em relação a determinado quesito ou aspecto

A composição do PIB pode ser realizada a partir de três óticas diferentes, sendo elas: a ótica do produto, a ótica da renda e a ótica da despesa (VASCONCELOS; GARCIA, 2007), conforme Figura 1. Isso ocorre pelo fato de que a produção gera transações monetárias de remuneração dos fatores de produção.

De acordo com Sandroni (1999, p. 459), a ótica de mensuração do PIB por meio da produção considera “[...] a soma dos valores agregados líquidos dos setores primário, secundário e terciário da economia, mais impostos indiretos, mais a depreciação do capital, menos os subsídios governamentais.” Dessa forma, a produção de todos os setores é considerada para apuração do PIB.

De forma mais aparente é necessário visualizar a produção de determinada empresa, por exemplo, excluindo-se os produtos utilizados como insumos. Isso ocorre para evitar a dupla contagem, pois o insumo já foi contabilizado como produção final de outra empresa anteriormente (FEIJÓ; RAMOS, 2013).

No PIB pela ótica da renda se mensura a renda que a produção originou. A renda é obtida por meio da soma das remunerações dos fatores de produção, que podem ser o capital investido na empresa, a mão de obra do trabalhador, a tecnologia etc. (FEIJÓ; RAMOS, 2013).

Para Sandroni (1999, p.459), a ótica da renda compreende as “remunerações pagas dentro do território econômico de um país, sob a forma de salários, juros, aluguéis e lucros distribuídos; somam-se a isso os lucros não distribuídos, os impostos indiretos e a depreciação do capital [...]”. Como na ótica da produção, na ótica da renda também são diminuídos os subsídios.

Por fim, o PIB pela ótica da despesa possibilita realizar a mensuração baseada na despesa que os diversos agentes despendem para comprar um bem ou serviços, como é indicado a ótica é daquele agente que tem a despesa/dispêndio. Também nos bens consumidos para a produção como também para a formação do capital para um próximo ciclo produtivo (investimento). Compreende as seguintes variáveis: consumo das famílias; investimentos; gastos governamentais; e exportações líquidas (exportações menos importações) (FEIJÓ; RAMOS, 2013).

Qualquer uma das três óticas (produto, renda e despesa) indicará para um mesmo resultado do PIB. É importante considerar que o PIB é mensurado a partir do valor que é adicionado ou agregado à economia, ou seja, o valor adicionado dos vários setores das atividades econômicas. Como já mencionado anteriormente, isso ocorre pelo fato do valor adicionado de uma empresa, por exemplo, ser calculado a partir da exclusão dos bens e os serviços intermediários, utilizados como insumo, para evitar que sejam contabilizados mais de uma vez no cálculo do PIB. Em razão disso, o PIB pode ser considerado como uma medida de produção líquida (FEIJÓ, RAMOS, 2013).

2.1.2. Valor adicionado a preços básicos

O valor adicionado procura observar quanto cada atividade contribui na formação do valor de um produto final. Este corresponde a diferença ou saldo do valor bruto da produção e o consumo de produtos intermediários no processo produtivo. O valor adicionado mensura o que foi produzido por cada etapa do processo produtivo, o que possibilita calcular quanto cada grande setor econômico produziu em determinado período de tempo e que contribuiu para o PIB da nação, estados ou

municípios. Nesse sentido, o valor adicionado bruto a preços básicos corresponde às “saídas de mercadorias mais prestação de serviços de transporte (frete) e de comunicações, deduzidas as entradas de mercadorias e insumos utilizados” (GLOSSÁRIO IPARDES, 2018, online). É importante ressaltar que as diversas atividades econômicas envolvem a agropecuária, a indústria, o comércio e a prestação de serviços e ainda a administração pública.

O valor adicionado a preços básico considera, portanto, o que foi adicionado na economia. Ou seja, os valores que foram acrescentados durante os processos nas diversas atividades realizadas nos setores econômicos. O Valor agregado ou adicionado é o valor bruto da produção menos o consumo de produtos intermediários (como por exemplo, matéria-prima e outros componentes) (VASCONCELLOS; GARCIA, 2007).

2.1.3 Valor adicionado fiscal

O Valor adicionado fiscal (VAF) se refere aos valores agregados aos bens e serviços durante o processo de produção. O VAF é composto pelos agregados da indústria, comércio e serviços, produção primária e recursos/autos. Dessa forma, compreende as diversas atividades que compõe o PIB, por meio da diferença entre valor da produção e o consumo intermediário. Entretanto, considera-se para essa fase apenas o agregado da produção final da indústria, comércio e serviços e produção primária (IPARDES, 2018).

Cabe ainda destacar que o VAF é calculado para cada município a fim de observar sua dinâmica em arrecadação de impostos já que a produção e comercialização de bens e serviços geram impostos. Nesse sentido, o “VAF é um indicador econômico contábil utilizado para estimar o índice de participação municipal no repasse de receita dos impostos [...] aos municípios” (LIMA, 2018, p. 3). Portanto, o VAF é também um indicador de mensuração da participação municipal na arrecadação estadual.

De acordo com Lima (2018), existe uma expressa dependência da maioria dos municípios do Estado do Paraná em uma base econômica pautada no setor primário, tendo mais de 50% destes municípios com grande parte do Valor Adicionado Fiscal ancorado na produção primária. Neste contexto, é possível notar a predominância de

atividades de extração e beneficiamento de recursos naturais, em grande parte dos municípios paranaenses. Esse cenário remonta a pouca necessidade de especialização nas atividades, mão de obra e equipamentos, conseqüentemente baixo capital humano e capital social.

Este panorama de dependência dos municípios paranaenses à um setor econômico induz uma certa instabilidade econômica, cujo padrão apresenta um comportamento que “[...] nos períodos de crise econômica o VAF e demais indicadores econômicos como Produto Interno Bruto e emprego tendem a ser bastante desfavoráveis às economias periféricas” (LIMA, 2018, p. 185).

A ausência de diversificação econômica representa grande desafio aos municípios e ao governo do Estado, pois pode representar um grande fator de dificuldade nos índices de desenvolvimento, como é o caso do Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal (IPDM).

2.2 Abordagens e perspectivas de desenvolvimento

Para compreender o significado de desenvolvimento, é preciso atentar-se sobre a questão de que inicialmente este conceito foi interpretado como sinônimo de crescimento econômico (SIEDENBERG, 2003). Porém, rapidamente o conceito ultrapassou as fronteiras econômicas e da área de estudo da economia, despertando interesses de áreas diversas. Nas diversas áreas de conhecimento, o desenvolvimento passou a ser relacionado com uma série de determinantes que influenciam a vida do ser humano.

Sendo assim, a dificuldade de sua mensuração se fez eminente, colocando em xeque a perspectiva de avaliação do desenvolvimento somente por meio do PIB. A partir da década de 1990, com a apresentação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁶, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, observou-se um marco conceitual no entendimento do desenvolvimento como algo complexo e relacionado a questões sociais (SIEDENBERG, 2003).

⁶ De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Brasil o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é a medida resumida do progresso ao longo prazo de três dimensões: saúde, educação e renda. Serve como um contraponto ao PIB que considera apenas a produção (dimensão econômica). Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html> acesso em 26/01/2022.

De acordo com Milone (2004), o desenvolvimento econômico esteve, inicialmente, associado estritamente a perspectiva de crescimento econômico, considerando-se que sem crescimento não há desenvolvimento. Além do crescimento quantitativo da renda nacional expressada pelo crescimento econômico, o desenvolvimento requer a modificação do produto. Ou seja, mudança produtiva em atividades e setores mais atuantes, como também requer mudança na alocação dos recursos pelos setores da economia. Neste último caso, considera-se a variação que ocorre na alocação dos recursos – quando um país, por exemplo, ainda está em processo de desenvolvimento e, posteriormente, quando encontra-se em um nível elevado de desenvolvimento.

Ainda a respeito da ampliação do conceito de desenvolvimento, existem algumas características importantes que precisam ser analisadas ao longo de um determinado período para se considerar a existência de desenvolvimento econômico. Dentre as principais características, pode-se destacar:

- 1) crescimento do bem-estar econômico, medido por indicadores de natureza econômica, por exemplo: produto nacional total, produto nacional per capita;
- 2) diminuição nos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade; e
- 3) melhoria das condições de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte (MILONE, 2004, p. 3).

Neste contexto, o conceito de desenvolvimento assume tanto uma perspectiva econômica quanto se reflete socialmente em melhoria das condições necessárias para a qualidade de vida humana.

Em sentido convergente, Pereira (2014) destaca que o desenvolvimento consiste na melhoria das condições de vida das pessoas, associada a renda que possa subsidiar a elevação da qualidade de vida. Neste cenário, a conquista de direitos sociais configura-se como aspecto intrínseco das sociedades capitalistas em processo de desenvolvimento.

Para Vasconcelos e Garcia (2007), o desenvolvimento perpassa a totalidade de uma sociedade, como em aspectos políticos, econômicos e sociais. Entretanto, o presente trabalho concentra-se nos aspectos que influenciam a dinâmica da contabilidade social, especialmente os indicadores de desempenho da economia nacional.

Considerando a amplitude do conceito de desenvolvimento, na próxima subseção destaca-se alguns aspectos relacionados ao Índice IparDES de Desenvolvimento Municipal (IPDM).

2.2.1. Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal (IPDM)

Conforme destacado, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, passou a ser utilizado a partir da década de 1990. Sua implementação reafirmou a necessidade de ampliação de estudos e dados sociais – não somente centrados na perspectiva econômica. Com o IDH, outros índices e indicadores mais específicos também surgiram para observar a eficiência de políticas públicas em determinados setores e áreas sociais (FGV, 2009). Dessa forma, outras alternativas de índices foram implementados para adequar o IDH às diversas realidades.

É neste contexto, que foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), decorrente do IDH (TERNOSKI; RIBEIRO; CLEMENTE, 2017). Outros índices também merecem destaque, como o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e o Índice IparDES de Desenvolvimento Municipal (IPDM). O IFDM foi criado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro com intuito de analisar o desenvolvimento socioeconômico de todos os municípios brasileiros. Já o IPDM abrange especificamente o Estado do Paraná, também com publicação anual.

A base de dados utilizados nos cálculos do IPDM é proveniente de sites oficiais e relatórios obrigatórios dos municípios. As principais áreas consideradas são: i) renda, emprego e produção agropecuária; ii) educação; e iii) saúde. Essas três áreas são consideradas de forma igual na ponderação do cálculo. Sendo assim, cada uma é responsável por um terço (33,33%) do resultado final do IPDM (IPARDES, 2018). A leitura do índice varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1 maior o desempenho do município e quanto mais próximo de 0 menor o desempenho. É importante mencionar que a leitura pode ser feita na sua forma final, ou seja, o índice final, como também pode ser acessada fracionada visualizando o índice em separado pelas três áreas.

O Quadro 2, abaixo, apresenta uma sistematização da composição de cada área e subárea do IPDM.

Quadro 2 – IPDM: composição do índice por área e subárea

Área	Subárea	Composição	% na formação do índice
Emprego, renda e produção agropecuária	Emprego	- Índice de formalização; - Taxa de crescimento do emprego; - Participação do emprego do município no emprego do Estado.	33,33
	Renda	- Remuneração média; - Crescimento da remuneração média.	
	Produção agropecuária	- Valor bruto da produção agrícola municipal; - Valor bruto da produção de origem animal.	
Educação	Educação Infantil	- Atendimento;	33,33
	Ensino Fundamental	- Taxa de distorção idade série; - Percentual de docentes com Ensino Superior;	
	Ensino Médio	- Taxa de abandono; - Média do IDEB*	
Saúde		- Percentual de mais de seis consultas pré-natais por nascido vivo; - Percentual de óbitos por causas mal definidas; - Percentual de óbitos de menores de cinco anos por causas evitáveis por nascidos vivos.	33,33

Fonte: Elaboração própria, a partir de IparDES (2018).

Nota: *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Como apresentado no Quadro 2, as grandes áreas do IPDM possuem diversas ramificações em subáreas que compõe o cálculo estatístico para o índice.

Feita essas considerações, no próximo capítulo apresenta-se os principais aspectos metodológicos empregados para o desenvolvimento deste trabalho.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa científica tem por finalidade a compreensão de fatos (SILVA, 2015). Para que essa compreensão seja possível é necessário que sejam lançadas ferramentas e perspectivas de análise adequadas ao problema de pesquisa. Souza (2009) considera o método científico como um determinado caminho escolhido, na maioria das vezes pelo autor, para se chegar ao seu objetivo de pesquisa. Em outras palavras, o método significa o caminho da pesquisa, enquanto a metodologia corresponde ao estudo desse método que, por conseguinte, orientará as técnicas, fases e procedimentos para se trilhar esse caminho. Souza (2009, p. 12) ainda esclarece que “[...] o estudo aprofundado e metódico da realidade enquadra-se no conhecimento científico”.

Este capítulo considera tanto estes aspectos centrais da pesquisa científica quanto a problemática de pesquisa levantada no capítulo introdutório: Qual é a caracterização socioeconômica dos municípios paranaenses classificados com médio-baixo Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM) tomando como base os resultados de 2018 e como o índice se comportou entre 2010 e 2018? Neste contexto, a problemática de pesquisa foi desdobrada e abordada nas seguintes perspectivas: i) quanto aos objetivos, configurando-se como descritiva; ii) quanto ao procedimento de coleta dos dados, o trabalho concentra-se em pesquisa bibliográfica e documental; iii) quanto à abordagem, de caráter qualitativo; e iv) população e amostra, envolvendo os municípios do Estado do Paraná com IPDM médio baixo no ano de 2018, que correspondem a 29 municípios. É importante destacar que as análises as conduzidas referem-se aos últimos 9 anos anteriores a 2018. As próximas subseções detalham estas quatro perspectivas metodológicas.

3.1 Quanto aos objetivos

No que tange aos objetivos, a pesquisa teve caráter descritivo, especialmente ao discutir e apresentar fatos e fenômenos que envolvem o desenvolvimento dos municípios classificados com IPDM médio baixo (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009). Para Prodanov e Freitas (2013), além de descrever características e fenômenos de determinada população a pesquisa descritiva busca estabelecer relação entre as

variáveis abordadas. É importante frisar que “Tal pesquisa observa, registra, analisa e ordena dados sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 52).

Para abordar a participação de cada setor econômico no PIB dos municípios de interesse, foram utilizados dados disponibilizados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). De forma geral, foram observadas as seguintes variáveis: Valor Adicionado a preços básicos (sem efeito inflacionário), desagregados pelos setores da agropecuária, indústria, serviços, administração pública e impostos. O objetivo foi visualizar a participação e contribuição de cada setor na economia municipal. No que se refere ao desempenho do IPDM de cada município, também utilizou-se dados do IPARDES, referente às três áreas do índice: i) IPDM saúde; ii) IPDM educação; e iii) IPDM emprego, renda e produção agropecuária. A análise buscou identificar a influência de cada área do índice na composição do IPDM Geral também denominado IPDM final.

No que se refere ao crescimento e desenvolvimento nos municípios da amostra, foram observadas as variáveis: i) PIB; ii) Índice de Gini, IPDM saúde e IPDM educação. Procurou-se observar a existência de tendência de aumento do crescimento acompanhado de melhorias nas condições de vida e distribuição de renda, relacionando-se com o comportamento dos índices citados anteriormente.

3.2 Quanto aos procedimentos

Quanto aos procedimentos de coleta de dados, o trabalho envolveu pesquisa bibliográfica e documental. Na pesquisa bibliográfica utilizou-se materiais que foram publicados por outros autores, ou seja, que receberam um primeiro tratamento científico (PRODANOV; FREITAS, 2013). De forma geral, foram utilizados trabalhos científicos na área da contabilidade social, que relacionam os assuntos de interesse do trabalho, como contas nacionais, indicadores de crescimento e desenvolvimento nacionais e estaduais. Vale ressaltar que a pesquisa bibliográfica também contribuiu para uma maior compreensão da pesquisa no referido campo teórico.

A distinção entre pesquisa bibliografia e documental nem sempre é simples. De acordo com Silveira e Córdova (2009), a pesquisa bibliográfica segue o procedimento de coleta de dados nas referências secundárias, ou seja, que já receberam algum tratamento. No que se refere à pesquisa documental, Prodanov e Freitas (2013)

destacam que suas fontes são primárias, pois não receberam tratamento analítico sistematizado. Essas fontes podem ser “[...] documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc.” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 56).

Para a coleta de dados de fonte documentais, recorreu-se às bases do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), especificamente na Base de dados do Estado (BDEweb)⁷. Esses dados foram utilizados para delimitar os municípios classificados com IPDM médio baixo. Nesta base de dados, considerou-se informações referentes a: i) IPDM parcial de cada área que compõe o IPDM geral (saúde; educação; emprego renda e produção agropecuária) dos municípios de interesse, a fim de analisar os impactos dessas áreas índice final; ii) Valor Adicionado de cada setor econômico nos municípios pesquisados, incluindo a administração pública e os impostos, objetivando analisar a contribuição de cada setor para a economia; e iii) PIB buscando observar a classificação de cada município, assim como observar composição do crescimento e desenvolvimento nos municípios.

3.3 Quanto a problemática

Quanto ao tratamento dado ao problema, este trabalho compreende uma abordagem qualitativa, especialmente ao procurar discutir e compreender os principais aspectos de caracterização socioeconômica dos municípios paranaenses com IPDM médio-baixo. De acordo com Silveira e Córdova (2009, p. 31), “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”. Neste contexto, fica clara a intenção do pesquisador na pesquisa qualitativa em buscar o porquê das coisas, interpretar os fenômenos que possam estar interferindo na situação/problema em questão. Em sentido convergente, Gonsalves (2005) destaca que a pesquisa qualitativa visa interpretar e compreender o significado das práticas observadas. Dessa forma, esta pesquisa buscou compreender a caracterização socioeconômica dos municípios paranaenses classificados com IPDM médio-baixo, considerando o ano base 2018. Ou seja, o foco não foi na quantificação e sim na interpretação das variáveis.

⁷ Para mais informações, consultar: <http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>.

3.4 População e amostra

A população da pesquisa compreende todo o universo da pesquisa, ou seja, o cenário mais amplo, que neste caso seria o estado do Paraná e seus 399 municípios. Porém, como esse universo se apresenta extenso para a condução das análises, optou-se pela limitação da amostra (PRODANOV; FREITAS, 2013). Dessa forma, a amostra contempla os municípios paranaenses com IPDM classificados como médio-baixo em 2018, comparando os dados desses municípios ao longo dos últimos 9 anos.

Após calculado o IPDM de cada município, existe uma classificação utilizada para facilitar a visualização das condições socioeconômicas dos mesmos, organizada em grandes grupos. Como já mencionado, o IPDM vai de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1 mais desenvolvido o município. Dessa forma, os municípios paranaenses são agrupados nos seguintes grupos: Baixo; Médio baixo; Médio; Alto. No Quadro 3 apresenta a classificação do IPDM por grupos de desenvolvimento:

Quadro 3 – Classificação do IPDM em grupos de desenvolvimento

Classificação	Índice Iparades de Desenvolvimento Municipal
Baixo	0,000 a 0,399
Médio-baixo	0,400 a 0,599
Médio	0,600 a 0,799
Alto	0,800 a 1,000

Fonte: elaboração própria, a partir de dados do Glossário Iparades (2018).

O Quadro 4 apresenta os 29 municípios com IPDM médio-baixo no ano de 2018.

Quadro 4 – Municípios do Paraná com IPDM médio baixo (2018)

Nº	Município	IPDM Geral
1	Guaraqueçaba	0,4629
2	Antonina	0,4877
3	Nova Laranjeiras	0,5005
4	Santa Maria do Oeste	0,5078
5	Tunas do Paraná	0,5132
6	São Jerônimo da Serra	0,5163
7	Cerro Azul	0,5382
8	Bocaiúva do Sul	0,5459
9	Tamarana	0,5523
10	Inácio Martins	0,5536
11	Ramilândia	0,5582
12	Santo Antônio do Paraíso	0,5623

13	Mariluz	0,5727
14	Cândido de Abreu	0,5754
15	Morretes	0,5763
16	Itambaracá	0,5772
17	Itaperuçu	0,5781
18	Clevelândia	0,5792
19	Piraquara	0,5810
20	Foz do Jordão	0,5823
21	Matinhos	0,5860
22	Ipiranga	0,5886
23	Congonhinhas	0,5901
24	Santa Cruz de Monte Castelo	0,5911
25	Almirante Tamandaré	0,5929
26	General Carneiro	0,5932
27	Iracema do Oeste	0,5934
28	Agudos do Sul	0,5939
29	Imbaú	0,5995

Fonte: elaboração própria, a partir de dados de IPARDES (2018).

A seleção de municípios apresentada no Quadro 4 consiste na amostra da pesquisa.

A influência de investimentos em relação ao aumento ou diminuição do IPDM ainda representa um campo de discussão sem consenso na literatura. Dessa maneira, ao analisarem o impacto dos investimentos em saúde e educação com relação ao IPDM nos municípios paranaenses, Ternoski, Ribeiro e Clemente (2017) concluíram *a priori* que existe uma associação entre tais variáveis (investimentos e IPDM). Porém, os autores afirmam que outros estudos não comprovam o mesmo.

Neste contexto, é fundamental procurar compreender a caracterização socioeconômica dos municípios com IPDM médio-baixo, a fim de encontrar possíveis pontos confluentes e divergentes que sirvam de parâmetro para outros estudos, outros municípios, outra classificação do IPDM. Além disso, para também se compreender a importância de estudo da realidade dos municípios menos desenvolvidos em relação aos demais.

Feita estas considerações metodológicas, o próximo capítulo concentra-se na análise empírica dos dados.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

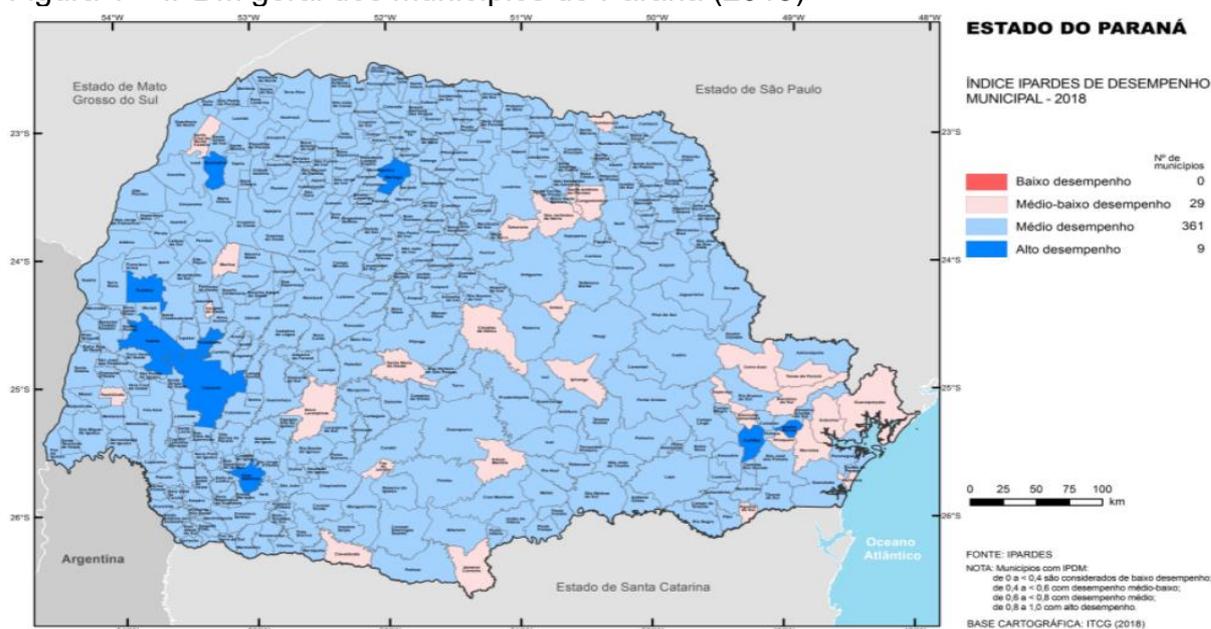
Este capítulo está estruturado em três seções: i) caracterização dos municípios paranaenses com médio-baixo IPDM; ii) análise do IPDM geral e áreas de composição: saúde, educação, emprego, renda e produção agropecuária; e iii) setores econômicos e sua influência no Valor Adicionado a preços básicos.

4.1 Caracterização dos municípios paranaense com médio-baixo IPDM

Como mencionado anteriormente, nenhum município do Estado do Paraná foi classificado com IPDM baixo no ano de 2018, demonstrando assim certa positividade em relação ao indicador.

O Paraná é composto por 399 municípios, dos quais 29 foram classificados com IPDM médio-baixo. Este estágio ou classificação do IPDM abrange 7,3% dos municípios paranaenses. Para as demais classificações do indicador, observou-se que: a) baixo desempenho (nenhum município encontrava-se nesta classificação em 2018); b) médio-baixo desempenho (7,3%); c) médio (90,5%); e d) alto desempenho (2,2%). As classificações de médio e alto desempenho representam, portanto, cerca de 92,7% do total de municípios paranaenses, conforme pode ser observado na Figura 1.

Figura 1 – IPDM geral dos municípios do Paraná (2018)

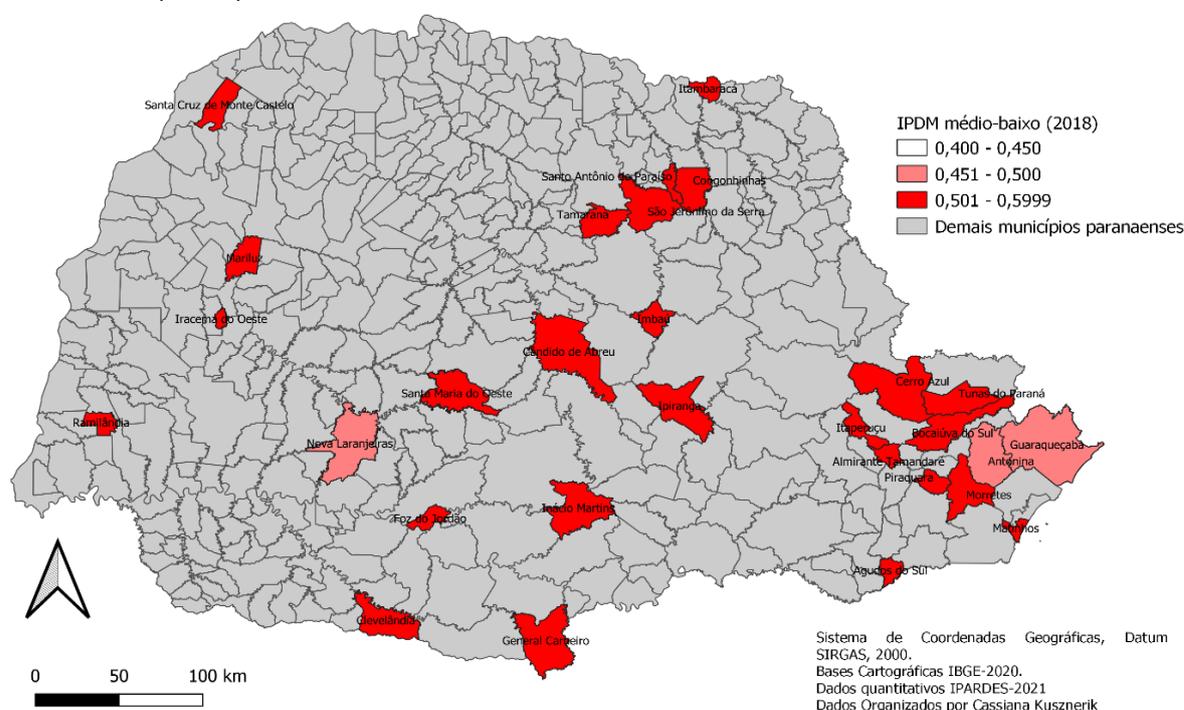


Fonte: IPARDES (2018).

Conforme discutido, o IPDM médio-baixo compreende um índice que varia de 0,400 a 0,599. Para os objetivos deste trabalho, procurou-se realizar uma estratificação do IPDM médio-baixo em três classes: i) nível médio-baixo 1 (compreendendo os índices que vão de 0,400 a 0,450); ii) nível médio-baixo 2 (índices de 0,451 a 0,500); e iii) nível médio-baixo 3 (índices 0,501 a 0,599). Com isso, procurou-se evidenciar o posicionamento dos municípios dentro da classificação do IPDM médio-baixo, assim como analisar uma possível mobilidade dos mesmos.

A Figura 2 apresenta o IPDM médio-baixo geral para os municípios paranaenses, seguindo esta estratificação. Ainda por meio da figura 2, observa-se que 26 municípios estão classificados com um IPDM médio-baixo nível 3 (entre 0,501 e 0,599), em 2018, ou seja, muito próximo do IPDM de desempenho médio (0,600). Apenas 3 municípios possuem IPDM médio-baixo 2 (entre 0,451 e 0,500) e nenhum município se encontrava com IPDM médio-baixo 1 (entre 0,400 e 0,450), evidenciando o distanciamento dos municípios de posições menos favoráveis dentro do indicador.

Figura 2 – IPDM médio-baixo geral dos municípios do Paraná por estratificação em três níveis (2018)



Fonte: elaboração própria, a partir de bases cartográficas do IBGE (2020) e de dados do IPARDES (2021).

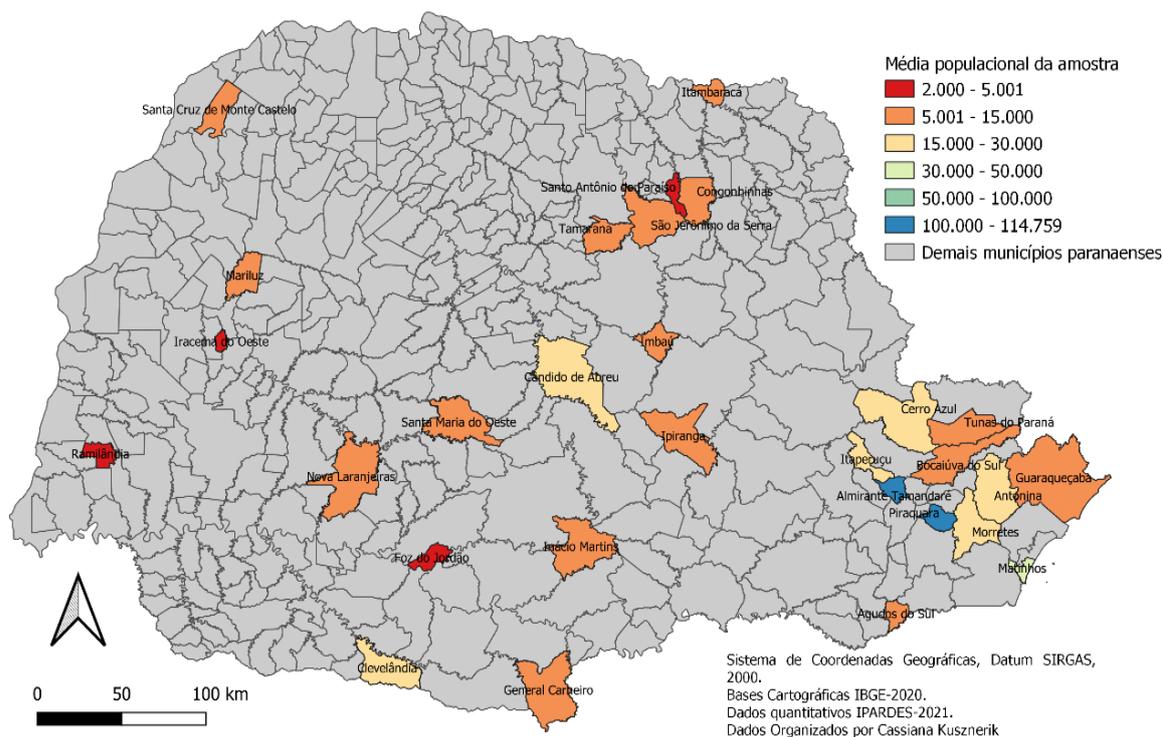
Nota: Os municípios com IPDM médio-baixo correspondem ao índice de 0,4 a 0,6. Para a finalidade deste trabalho, procurou-se estratificar o mesmo em mais três níveis: i) médio-baixo nível 1 (0,400 a 0,450); ii) médio-baixo-nível 2 (0,451 a 0,500); e iii) médio-baixo nível 3 (0,501 a 0,599).

É importante destacar que investigar a composição socioeconômica dos municípios com IPDM médio-baixo pode auxiliar os gestores públicos, organizações privadas e sociedade em geral na busca e efetivação da melhoria do indicador nos respectivos municípios.

Para melhor compreensão de aspectos socioeconômicos apresenta-se dados sobre a composição populacional dos municípios da amostra. Tendo em vista que o dado censitário disponível de forma mais recente foi o do ano de 2010, para apresentar os dados de forma mais atualizada formulou-se média populacional contemplando: população censitária (2010) e população estimada para 2018, 2019 e 2020, resultando na média populacional.

A seguir, a Figura 3 apresenta a densidade populacional e localização dos municípios com IPDM médio-baixo.

Figura 3 – População dos municípios do Paraná com IPDM médio-baixo (média populacional do censo de 2010 e das estimativas de 2018, 2019 e 2020)



Fonte: elaboração própria, a partir de bases cartográficas do IBGE (2020) e de dados do IPARDES (2021).

O IBGE (2001) considera como município de pequeno porte aqueles com 50 mil habitantes ou menos. Dentre os 399 municípios totais do Estado do Paraná, 364 apresentam população inferior a 50 mil habitantes, ou seja, 91,23% dos municípios.

No que se refere aos 29 municípios com IPDM médio-baixo, 27 classificam-se como município de pequeno porte. Isso representa 93,10% da amostra, indicando uma maior incidência de IPDM médio-baixo em municípios de pequeno porte, como destacado na Figura 3. No entanto, dois municípios com maior número populacional (na faixa de 100 mil a 120 mil habitantes) se destacam por estarem classificados com IPDM médio-baixo, são eles Piraquara e Almirante Tamandaré.

Ainda de acordo com o IBGE (2001), municípios com população acima de 50 mil habitantes e até 200 mil são considerados de médio porte. A respeito dos dois municípios de médio porte (Piraquara e de Almirante Tamandaré) classificados com IPDM médio-baixo, cabe destacar a importância de observar outros fatores econômicos e sociais que indiquem algum possível fator crítico para esta posição no IPDM.

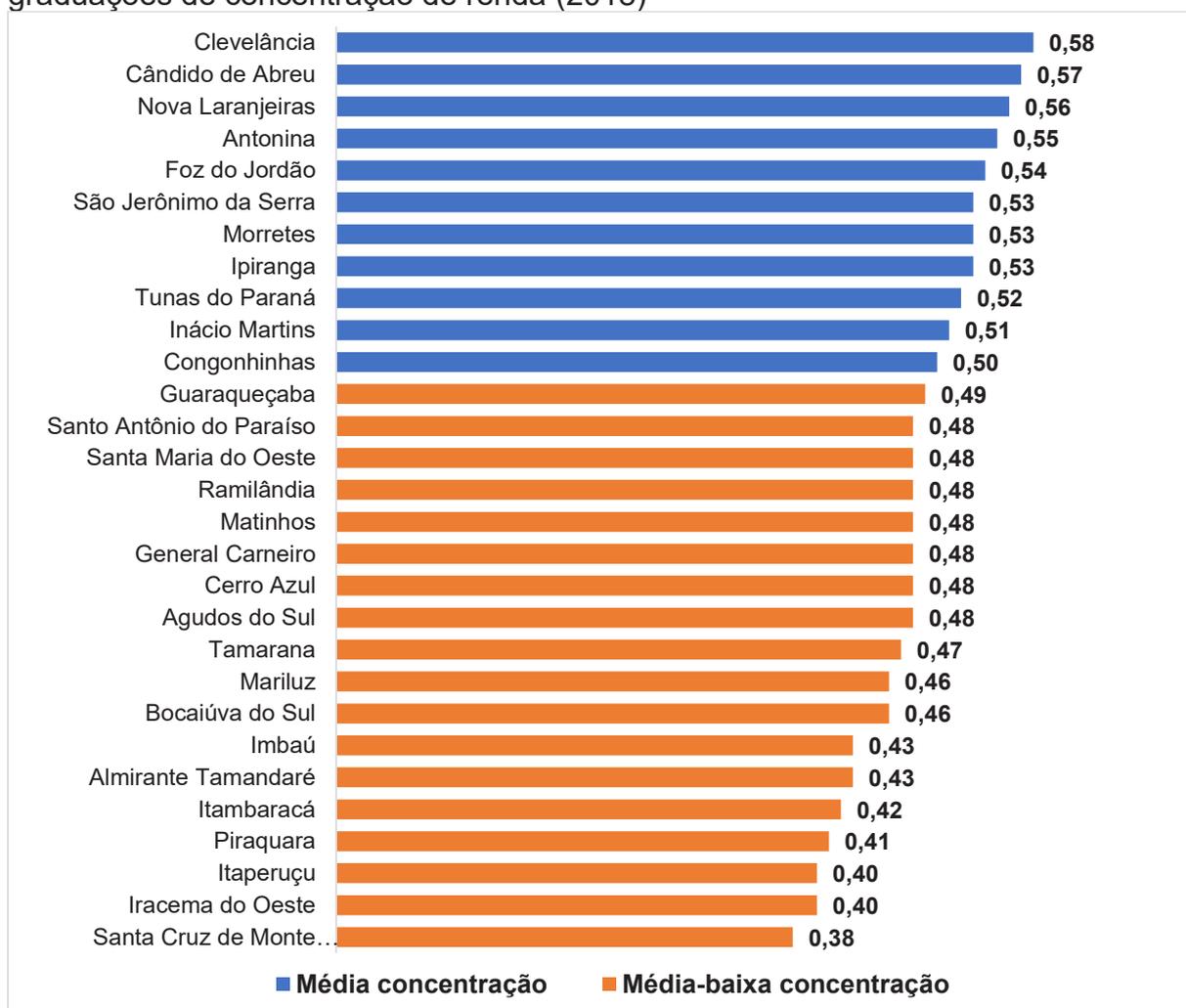
Além da população dos municípios possibilitar uma visão geral da amostra, a concentração de renda também configura-se como um fator relevante para o foco os objetivos desta pesquisa. A esse respeito, o índice de Gini é um indicador utilizado para classifica determinadas regiões (países, estados e municípios) a partir do nível de concentração de renda.

De acordo com o Ipardes (2020), o Índice de Gini “Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*”. Nesse sentido, quanto maior for a concentração de renda mais próximo de 1,0 ficará o índice, e quanto menor a concentração da renda mais próximo de 0.

O Gráfico 1 apresenta o Índice de Gini nos municípios paranaenses foco deste trabalho. Para facilitar a exposição das informações relacionadas a concentração de renda, a análise do índice foi dividida em três classes. Como o índice varia de 0 a 1, foi realizada uma subdivisão em quatro graduações de concentração: i) baixa concentração (0 a 0,24); ii) média-baixa concentração (0,25 a 0,49); iii) média concentração (0,50 a 0,74); e iv) alta concentração (0,75 a 1).

Considerando estes níveis de graduações, verifica-se, pelo Gráfico 1, que nenhum município se apresenta com baixa concentração de renda. Por outro lado, 18 municípios situam-se no nível de média-baixa concentração de renda e 11 municípios com média concentração. Isso indica uma expressiva situação de desigualdade de renda e, potencialmente, de oportunidades e acesso a serviços diversos. Com relação a alta concentração renda, não se observou nenhum município neste nível.

Gráfico 1 – Índice de Gini dos municípios do Paraná com IPDM médio-baixo, segundo graduações de concentração de renda (2018)



Fonte: elaboração própria, a partir de dados do IPARDES (2021).

Nota: O índice de Gini varia de 0 a 1, sendo 1 representando maior concentração de renda. Para a finalidade deste trabalho, procurou-se estratificar o mesmo em quatro graduações de concentração de renda: i) baixa concentração (0 a 0,24); ii) média-baixa concentração (0,25 a 0,49); iii) média concentração (0,50 a 0,74); e iv) alta concentração (0,75 a 1).

A próxima seção volta-se para uma discussão sobre a composição do IPDM geral e suas respectivas áreas (saúde; educação; emprego renda e produção agropecuária).

4.2 Análise do IPDM geral e áreas de composição: saúde, educação, emprego, renda e produção agropecuária

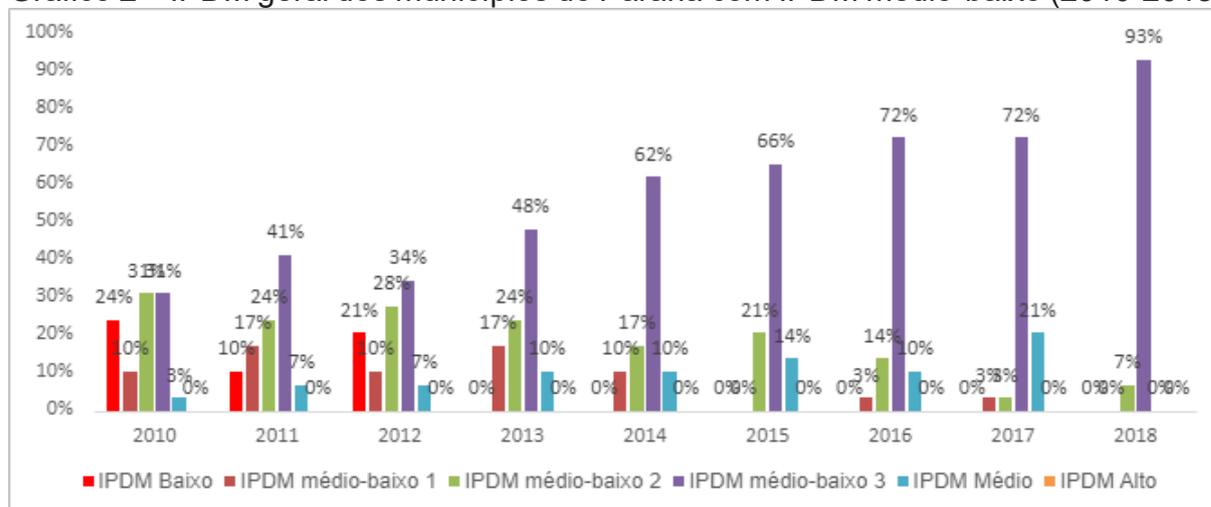
A análise do IPDM será realizada em duas etapas: a primeira referente ao IPDM geral em 2018 e anos anteriores e a segunda etapa concentra-se nas áreas de formação do IPDM no mesmo período.

O recorte temporal utilizado como base para as análises dos dados teve como critério o IPDM geral médio-baixo do ano base 2018, última atualização disponível pelo IparDES.

Conforme discutido anteriormente, os municípios da amostra estão classificados com IPDM médio-baixo geral em 2018. Contudo, essa classificação modifica-se quando se analisa os anos anteriores e as três áreas de formação do indicador de maneira isolada: saúde; educação; e emprego, renda, e produção agropecuária.

O Gráfico 2 apresenta o comportamento do IPDM geral entre os anos de 2010 a 2018.

Gráfico 2 – IPDM geral dos municípios do Paraná com IPDM médio-baixo (2010-2018)



Fonte: elaboração própria, a partir de bases cartográficas do IBGE (2020) e de dados do IparDES (2021).

Pela análise do IPDM geral do ano de 2018, no Gráfico 2, observa-se que 93% dos municípios apresentaram um IPDM médio-baixo 3, enquanto 7% dos municípios configuram-se com um IPDM médio-baixo 2. Isso indica um peso maior de municípios situados em boa colocação dentro do IPDM médio-baixo geral, estando próximos da classificação seguinte, que seria o IPDM médio.

Durante os anos de 2013 a 2017, registrou-se uma situação parecida com o ano de 2018, especialmente relacionado ao percentual expressivo de municípios classificados com IPDM médio-baixo 3. No entanto, municípios com IPDM Médio são identificados de 2013 a 2017, indicando que em 2018 houve uma queda de classificação desses municípios (em média 13% da amostra) para IPDM médio-baixo geral.

De 2010 a 2012, em média 18% dos municípios da amostra encontravam-se classificados no IPDM baixo, menor classificação possível dentro dos limites do indicador, porém nos anos posteriores todos os municípios conseguiram sair dessa classificação. Neste mesmo período, em torno de 7% dos municípios foram classificados com IPDM médio, com oscilações maiores para os anos seguintes.

De forma geral, os dados apontam uma movimentação dos municípios da amostra nos anos anteriores a 2018, especialmente com a saída de municípios de classificações baixas para posicionamentos melhores, assim como a queda de alguns municípios da classificação média para média-baixa geral em 2018⁸. Também se observou um grande percentual de municípios com uma trajetória constante na classificação de IPDM médio-baixo até o ano de 2018, como pode ser observado no Quadro 5.

Quadro 5 – Participação percentual de municípios paranaenses da amostra por níveis de desenvolvimento (2010 a 2018)

NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO	ANOS								
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
IPDM Baixo	24%	10%	21%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
IPDM médio-baixo 1	72%	83%	72%	90%	90%	86%	90%	79%	100%
IPDM médio-baixo 2									
IPDM médio-baixo 3									
IPDM Médio	3%	7%	7%	10%	10%	14%	10%	21%	0%
IPDM Alto	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Fonte: elaboração própria, a partir de dados do IPARDES (2021).

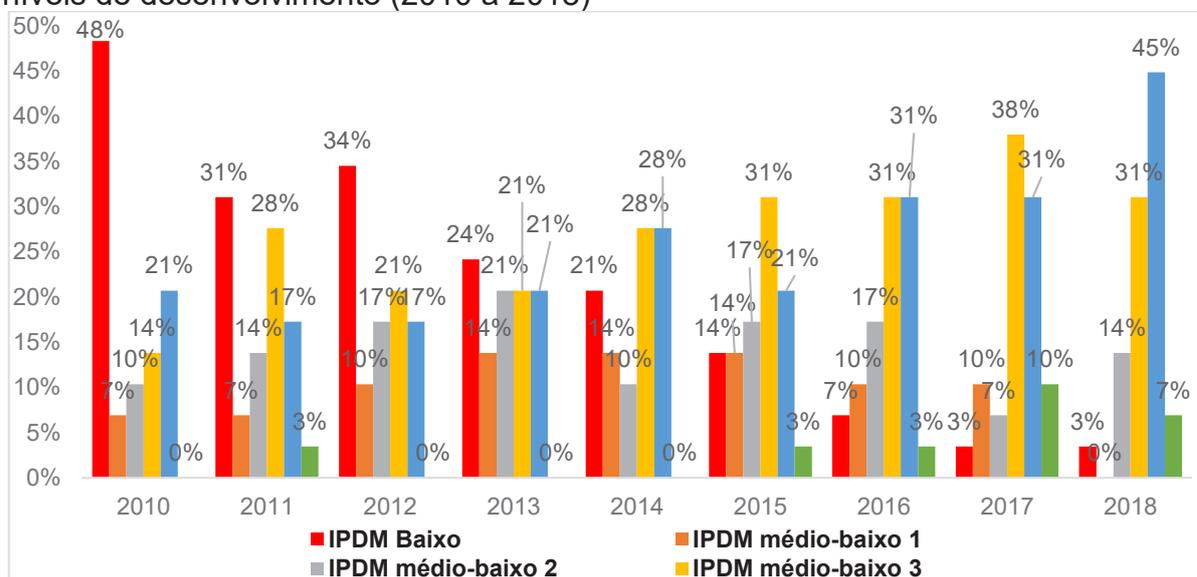
Com a visualização desse panorama do IPDM geral, é importante também analisar o IPDM por áreas de composição. O IPDM é formado por três áreas que compartilham proporções iguais e que também contribuem para a composição do IPDM geral. As três áreas são: i) saúde; ii) educação; e iii) emprego, renda e produção

⁸ Os municípios que saíram da classificação de IPDM médio para IPDM médio-baixo em 2018 foram: Agudos do Sul; Candido de Abreu; Iracema do Oeste; Itambaracá; Matinhos e Santa Cruz do Monte Castelo.

agropecuária. Neste contexto, é importante analisar quais áreas estão contribuindo para a elevação ou queda do indicador Conforme já destacado, cada área do IPDM é responsável por um terço (1/3) da composição do indicador. Ou seja, para um mesmo município no mesmo ano pode existir uma área com classificação máxima e área com classificação mínima.

Com relação ao comportamento da área da educação, o Gráfico 3 apresenta uma trajetória histórica do indicador por níveis de desenvolvimento, entre os anos de 2010 a 2020.

Gráfico 3 – Classificação do IPDM da área educação dos municípios paranaenses por níveis de desenvolvimento (2010 a 2018)



Fonte: elaboração própria, a partir de bases cartográficas do IBGE (2020) e de dados do IPARDES (2021).

A composição do IPDM educação é composto pelas seguintes subáreas: educação infantil; ensino fundamental; e ensino médio. Ao se tratar de educação infantil o ponto levado em consideração é o atendimento. No que se refere ao ensino fundamental e ensino médio a composição é feita por: taxa de distorção idade série; percentual de docentes com ensino superior; taxa de abandono; média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

A área da educação teve como ponto característico, em todos os anos, a classificação com o IPDM baixo, sendo mais incisivo em percentual de municípios nessa posição nos anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014. Nos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018 ainda observou-se municípios nessa posição, porém em percentual

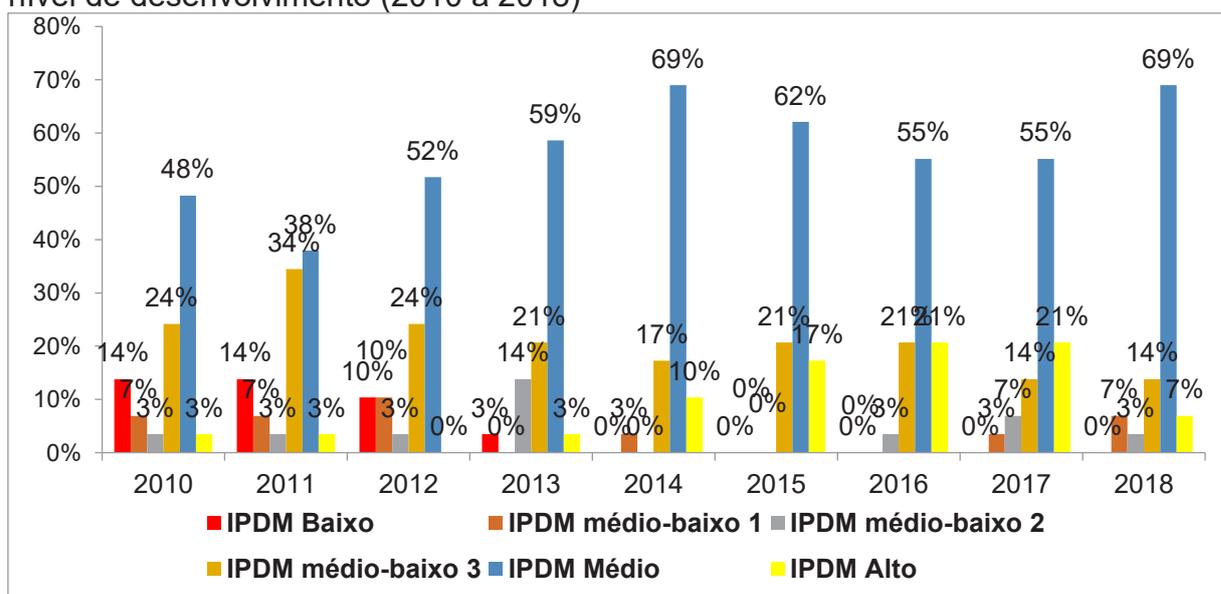
reduzido em relação a 2010 e 2011, por exemplo, demonstrando assim redução do percentual dos municípios nessa classificação.

De forma concomitante a redução dos municípios classificados com IPDM baixo, ao longo dos anos houve aumento de municípios classificados com IPDM médio-baixo. Também percentual expressivo de municípios classificados com IPDM médio (média de 26% dos municípios). O aparecimento de municípios com IPDM educação alto também caracterizaram os anos de 2015, 2016, 2017 e 2018 principalmente.

De maneira geral o IPDM educação dos municípios ao longo dos anos se mostrou mediano, pois apresentou evolução positiva no final do período pesquisado em relação ao início.

Por outro lado, com relação ao IPDM da área da saúde, é importante destacar que os pontos elencados para construir o IPDM saúde são: percentual de mais de seis consultas pré-natais por nascido vivo, percentual de óbitos por causas mal definidas, percentual de óbitos de menores de cinco anos por causas evitáveis por nascidos vivos. Portanto, o IPDM considera esses aspectos citados anteriormente para mensurar o desempenho dos municípios na área saúde. O Gráfico 4 apresenta o comportamento do IPDM da área da saúde para os municípios da amostra da pesquisa.

Gráfico 4 – Classificação do IPDM da área da saúde dos municípios paranaenses por nível de desenvolvimento (2010 a 2018)



Fonte: elaboração própria, a partir de bases cartográficas do IBGE (2020) e de dados do IPARDES (2021).

Ao analisar os percentuais da área saúde, observa-se certa aproximação com a área da educação, especialmente no que se refere a existência de municípios com IPDM baixo em 2010, 2011, 2012 e 2013. Contudo, difere grandemente quando observados os percentuais de IPDM médio-baixo, onde a maioria dos municípios estão classificados como IPDM médio-baixo nível 3. Isso sinaliza uma proximidade com o IPDM médio, assim como ocorre no IPDM médio-baixo geral. O Quadro 6 evidencia o percentual significativo de municípios com IPDM saúde no nível de desenvolvimento médio e alto.

Quadro 6 – Participação percentual de municípios paranaenses classificados com IPDM médio e alto da área da saúde (2010 a 2018)

NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO	ANOS								
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
IPDM Baixo	14%	14%	10%	3%	0%	0%	0%	0%	0%
IPDM médio-baixo 1	7%	7%	10%	0%	3%	0%	0%	3%	7%
IPDM médio-baixo 2	3%	3%	3%	14%	0%	0%	3%	7%	3%
IPDM médio-baixo 3	24%	34%	24%	21%	17%	21%	21%	14%	14%
IPDM Médio	52%	41%	52%	62%	79%	79%	76%	76%	76%
IPDM Alto									

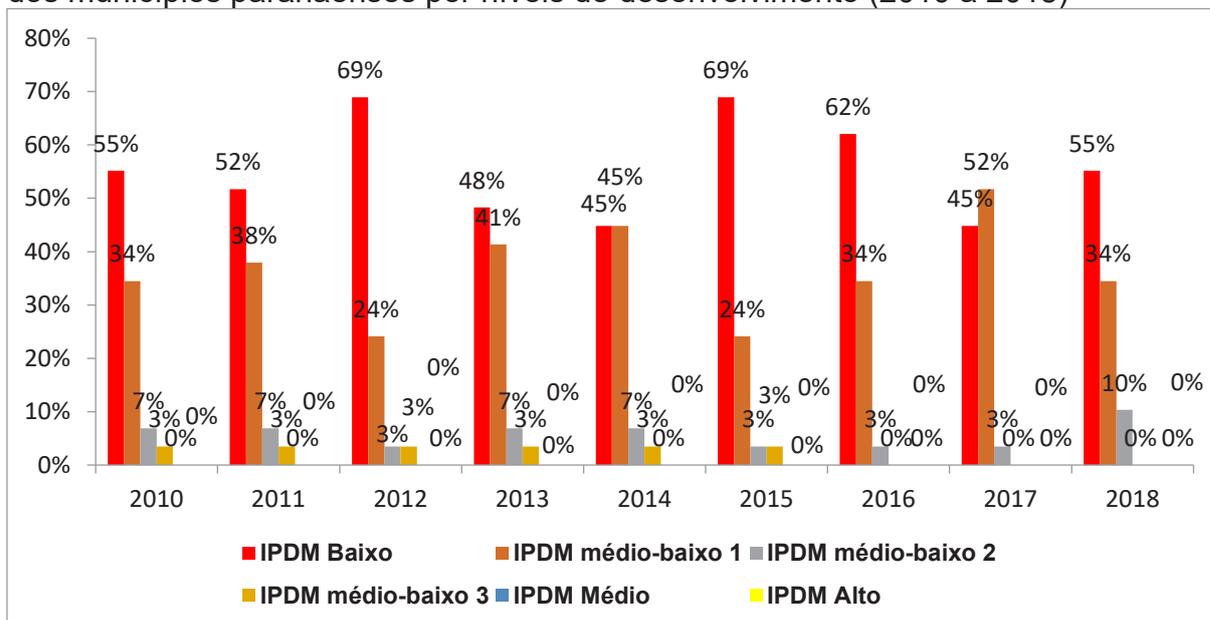
Fonte: elaboração própria, a partir de dados do IPARDES (2021).

Ainda por meio do Quadro 6, é possível visualizar de forma clara a concentração percentual de municípios com IPDM saúde no nível médio e alto. Além disso, registra-se uma concentração de outra parcela significativa de municípios no IPDM saúde médio-baixo (geral e médio-baixo nível 3). Em contrapartida, observa-se um baixo percentual de municípios com IPDM saúde nível baixo em 2010, 2011, 2012 e 2013 e 0% nos demais anos seguintes até 2018.

De forma geral, é possível indicar que o IPDM saúde dos municípios da pesquisa tendem a auxiliar na elevação da classificação dos municípios na classificação perante o IPDM geral. Ou seja, a área da saúde apresenta IPDM elevado em relação ao IPDM geral.

Por fim, com relação a composição do IPDM renda, emprego e produção agropecuária, o Gráfico 5 apresenta a séria histórica do desempenho desta área, relacionada aos municípios da amostra da pesquisa.

Gráfico 5 – Classificação do IPDM da área emprego, renda e produção agropecuária dos municípios paranaenses por níveis de desenvolvimento (2010 a 2018)



Fonte: elaboração própria, a partir de bases cartográficas do IBGE (2020) e de dados do IPARDES (2021).

O IPDM emprego, renda e produção agropecuária leva em consideração muitos aspectos para sua composição, especialmente por sua amplitude. Na subárea emprego é considerado: índice de formalização; taxa de crescimento do emprego; participação do emprego do município no emprego do Estado. Na subárea renda são considerados: remuneração média e crescimento da remuneração média. Na subárea produção agropecuária são ponderados: o valor bruto da produção agrícola; valor bruto da produção de origem animal (IPARDES, 2018).

Considerando os dados apresentados no Gráfico 5, observa-se um percentual elevado de municípios que apresentaram IPDM baixo em todos os anos contemplados pela pesquisa. A média de municípios nessa situação foi de 56% nos nove anos em análise. Outra característica desta área refere-se a concentração percentual de municípios classificados como IPDM médio baixo nível 1 (em média 36% n os nove anos analisados), o que sugere mais proximidade ao IPDM baixo do que do IPDM médio.

Sendo assim, a característica mais marcante da área emprego, renda e produção agropecuária em relação ao IPDM é a concentração percentual de municípios classificados em níveis baixos de desenvolvimento. Portanto, esta área

demanda mais atenção de políticas públicas em grande parte dos municípios analisados.

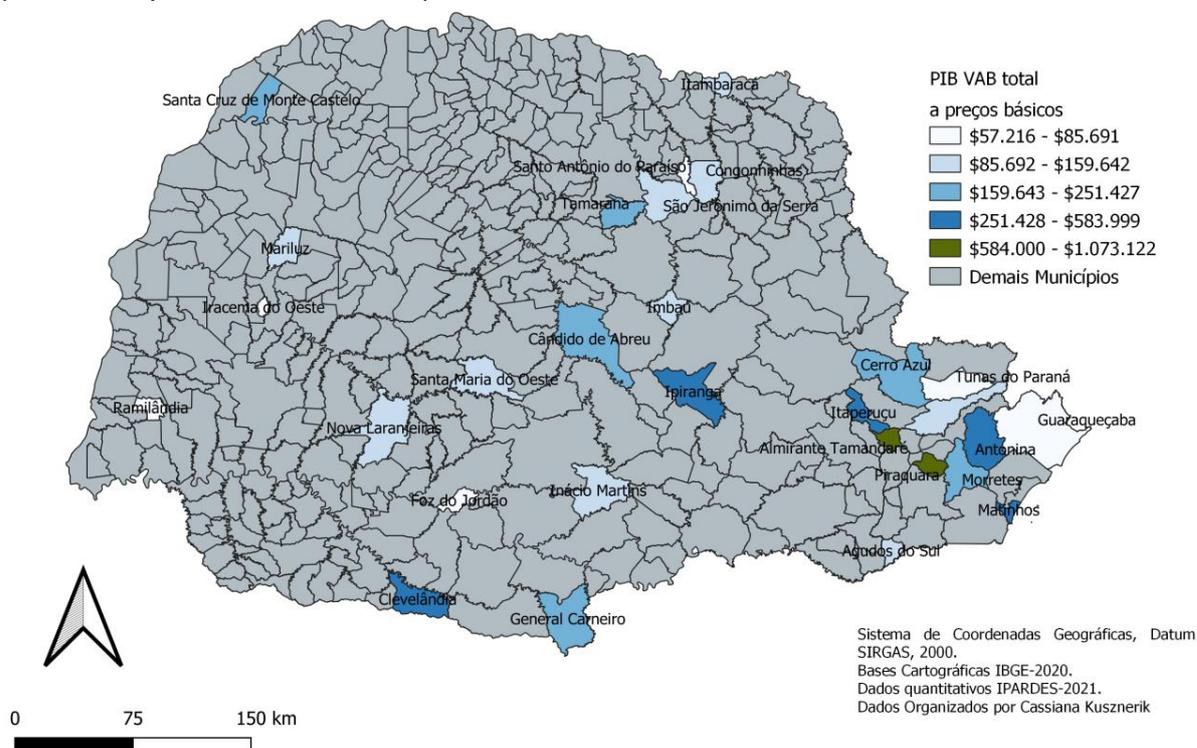
Na seção seguinte será apresentada a participação de cada setor econômico no PIB total dos municípios pesquisados.

4.3 PIB e subsetores

Como enfatizado nas seções anteriores, o PIB é um indicador que visa mensurar o fluxo da produção de um determinado território e em um determinado período de tempo. Na sequência, apresenta-se o PIB total de cada município, assim como a contribuição percentual de cada grande setor econômico para esse indicador, visando observar quais setores são responsáveis pelas maiores contribuições no PIB total.

A Figura 4 apresenta o valor adicionado total a preços básicos dos municípios de interesse desta pesquisa, referente a uma média do período de 2009 a 2018.

Figura 4 – PIB: Valor adicionado a preços básicos (VAB) total, valores em R\$ mil reais (média do período 2009-2018)



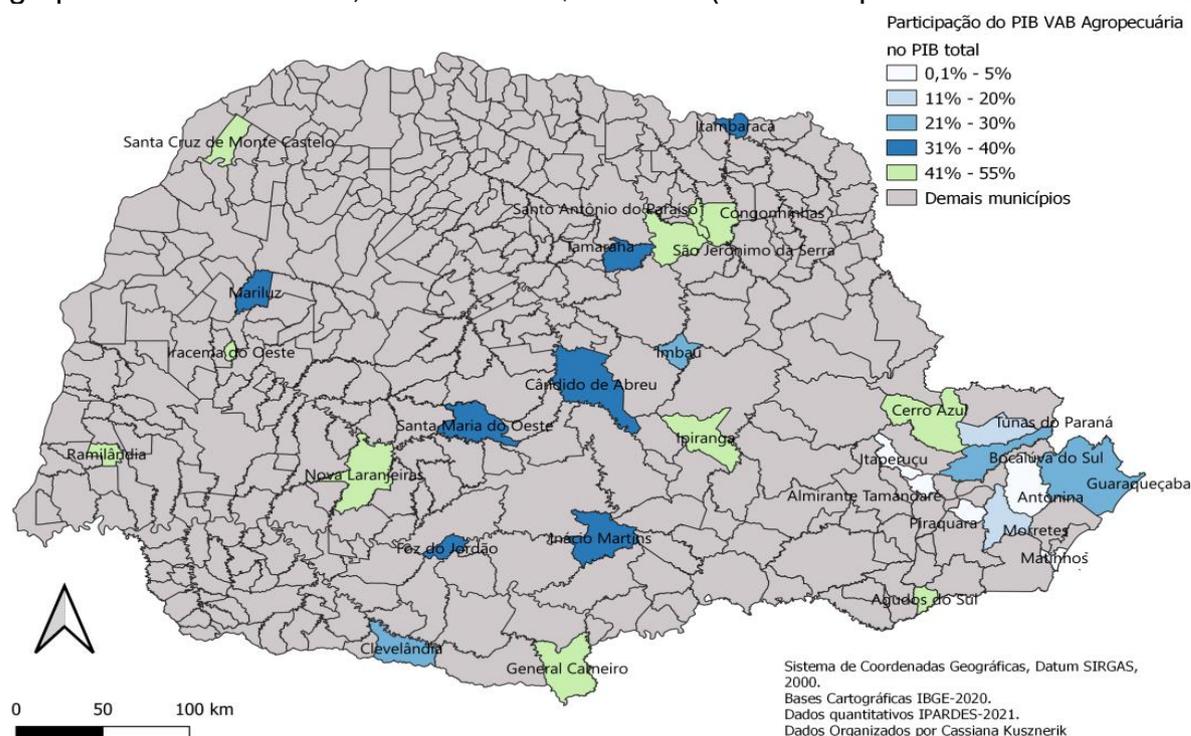
Fonte: elaboração própria, a partir de bases cartográficas do IBGE (2020) e de dados do IPARDES (2021).

É importante destacar que a produção no setor primário se relaciona com as atividades produtivas ligadas a “[...] agricultura, mineração, pesca, pecuária, extrativismo vegetal e caça (MARCHIANI, 2014, p.59)”. Além disso, o destino dessa produção serve de matéria-prima para o setor da indústria, pois segue para transformação. Apesar de ser um setor de base para os demais setores a agropecuária sofre grande impacto com questões climáticas e oscilações de preços por serem negociadas na maioria das vezes externamente.

De acordo com o IPARDES (2022, online), o valor adicionado bruto a preços básicos da agropecuária compreende “[...] saídas de mercadorias mais prestação de serviços de transporte (frete) e de comunicações, deduzidas as entradas de mercadorias e insumos utilizados na agropecuária”. Ou seja, é a geração de fluxo produtivo gerado pelo setor, menos os insumos utilizados.

Nesse sentido, por meio da Figura 5, observa-se a média do VAB da agropecuária dos municípios de interesse, referente a uma média do período de 2009 a 2018. A utilização da média do VAB agropecuária se justifica pela pouca alteração estrutural na composição do VAB durante os anos.

Figura 5 – Participação percentual do valor adicionado a preços básicos (VAB) da agropecuária no PIB total, valores em R\$ mil reais (média do período de 2009 a 2018)

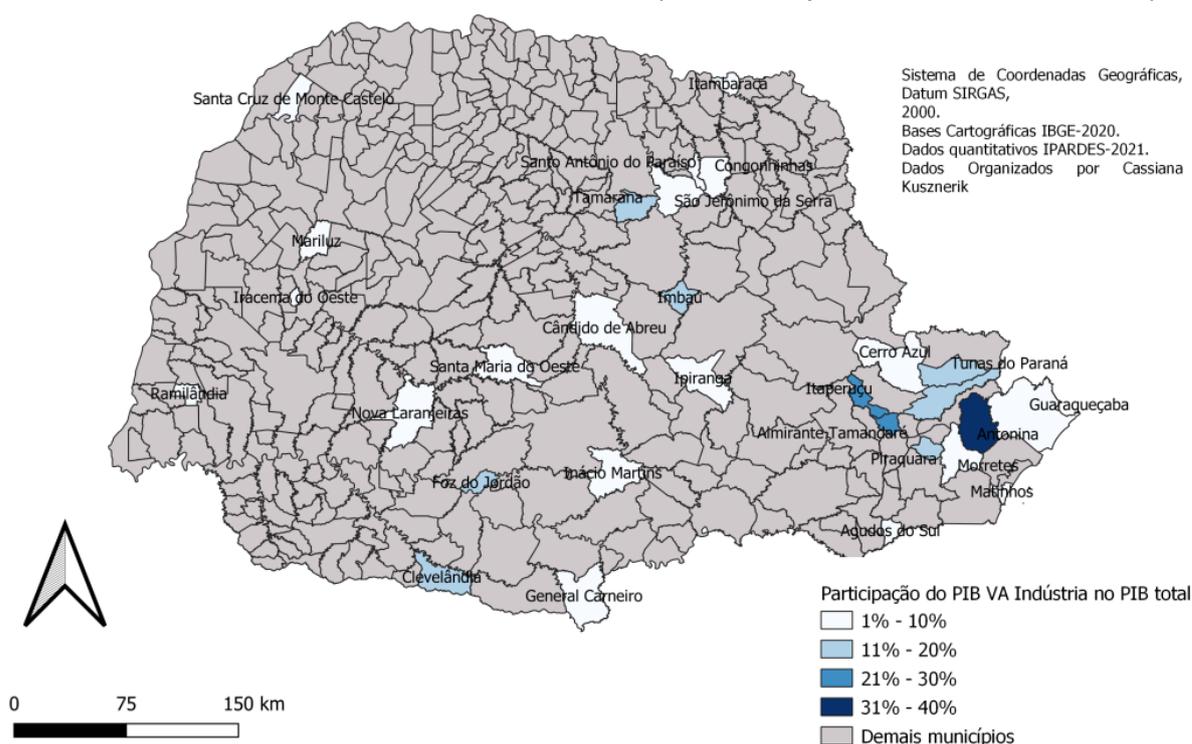


Fonte: elaboração própria, a partir de bases cartográficas do IBGE (2020) e de dados do IPARDES (2021).

Ainda com relação a Figura 5, apenas cinco municípios da amostra o VAB da agropecuária apresentaram um valor menor a 5% do VAB total, são os municípios de Matinhos, Almirante Tamandaré, Antonina, Piraquara e Itaperuçu. Além disso, dois municípios apresentaram participação percentual de 11% a 20%; quatro município com participações de 21% a 30%; sete municípios de 31% a 40%; e onze municípios com participação percentual de 41% a 55% . Portanto, observa-se que em 18 dos municípios pesquisados, o percentual de participação do VAB agropecuária corresponde a mais de 30% do VAB total, ou seja, a 62,06% dos municípios pesquisados.

Na sequência, a Figura 6 apresenta o VAB da indústria nos municípios pesquisados.

Figura 6 – Participação percentual do valor adicionado a preços básicos (VAB) da indústria no PIB total, valores em R\$ mil reais (média do período de 2009 a 2018)



Fonte: elaboração própria, a partir de bases cartográficas do IBGE (2020) e de dados do IPARDES (2021).

De acordo com o IparDES (2022, online), o VAB indústria corresponde as “[...] saídas de mercadorias mais prestação de serviços de transporte (frete) e de comunicações, deduzidas as entradas de mercadorias e insumos utilizados na

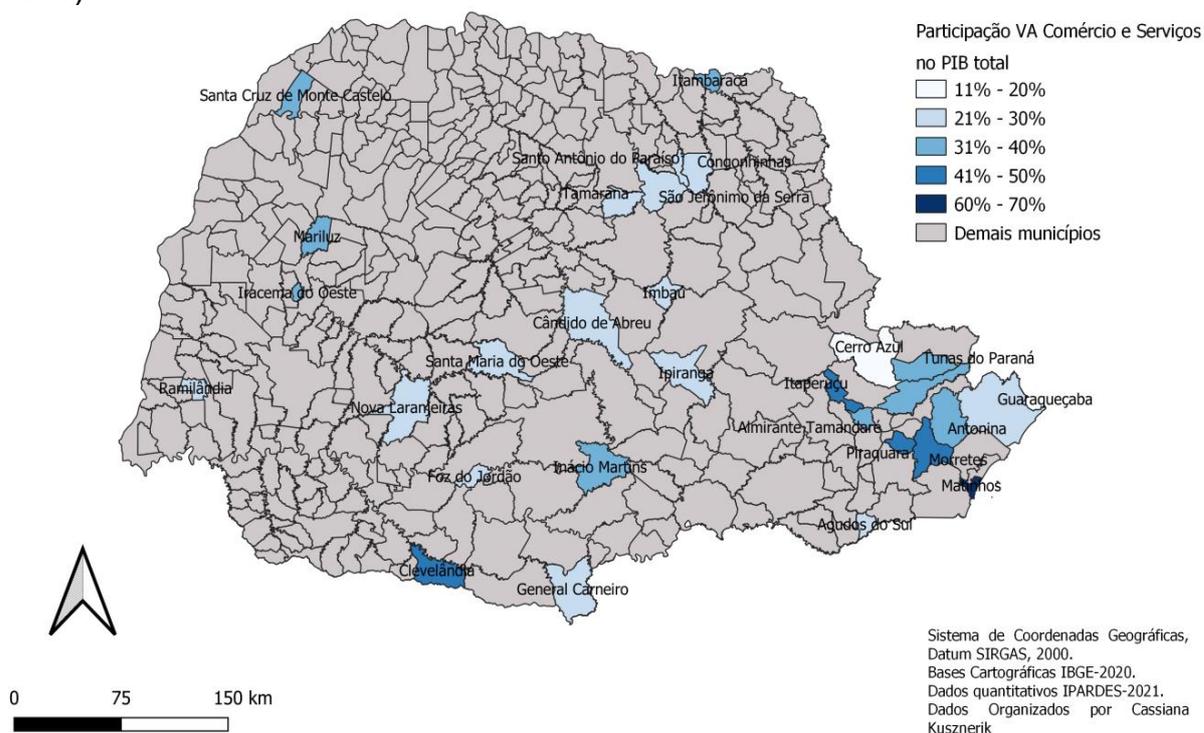
indústria”. Em outros termos, refere-se a produção gerada pela indústria menos os insumos utilizados.

De acordo com Marchiani (2014, p. 59), a indústria realiza as atividades de transformação da matéria-prima do setor primário em bens de consumo para a população, como roupas, máquinas, automóveis, alimentos industrializados, eletrônicos, casas, dentre outros.

No caso dos municípios da amostra da pesquisa, o percentual de participação do VAB indústria no VAB total comportou-se da seguinte forma: 19 municípios com participação de 1% a 10%; 7 municípios com participação de 11% a 20%; 2 municípios entre 21% a 30% de participação; e apenas 1 município com participação de 31% a 40% (Antonina). Isso significa dizer que 89,65% dos municípios pesquisados possuem menos de 20% de seu VAB total fornecido pelo VAB da Indústria. Apenas Almirante Tamandaré, Itaperuçu e Antonina possuem de 21% a 38% do VAB total baseado na indústria.

Na Figura 7 são apresentados dados referentes a setor de comércio e serviços nos municípios pesquisados. Nesse setor são comercializados diversos bens e serviços, como roupas, automóveis, etc. Como salienta Marchiani (2014, p. 59), esse setor é composto por “[...] comércio, educação, saúde, telecomunicações, serviços de informática, seguros, transportes, serviços de limpeza, serviços de alimentação, turismo, serviços bancários e administrativos, transportes, etc”. Nos municípios da amostra há uma elevação da participação percentual do VAB comércio e serviços no VAB total em comparação aos setores agropecuária e indústria. O menor percentual de participação inicia-se em 20% do VAB total, sendo o município de Cerro Azul. Outros 14 municípios possuem participação de 20% a 30% do VAB total baseado no VAB comércio e serviços. 9 municípios da amostra têm de 31% a 40% de percentual de participação, enquanto 4 municípios possuem de 41% a 50% de participação. Apenas Matinhos possui de 60% a 70% de todo seu VAB baseado no setor de comércio e serviços.

Figura 7 –Participação percentual do valor adicionado a preços básicos (VAB) de comércio e serviços no PIB total, valores em R\$ mil reais (média do período 2009 a 2018)

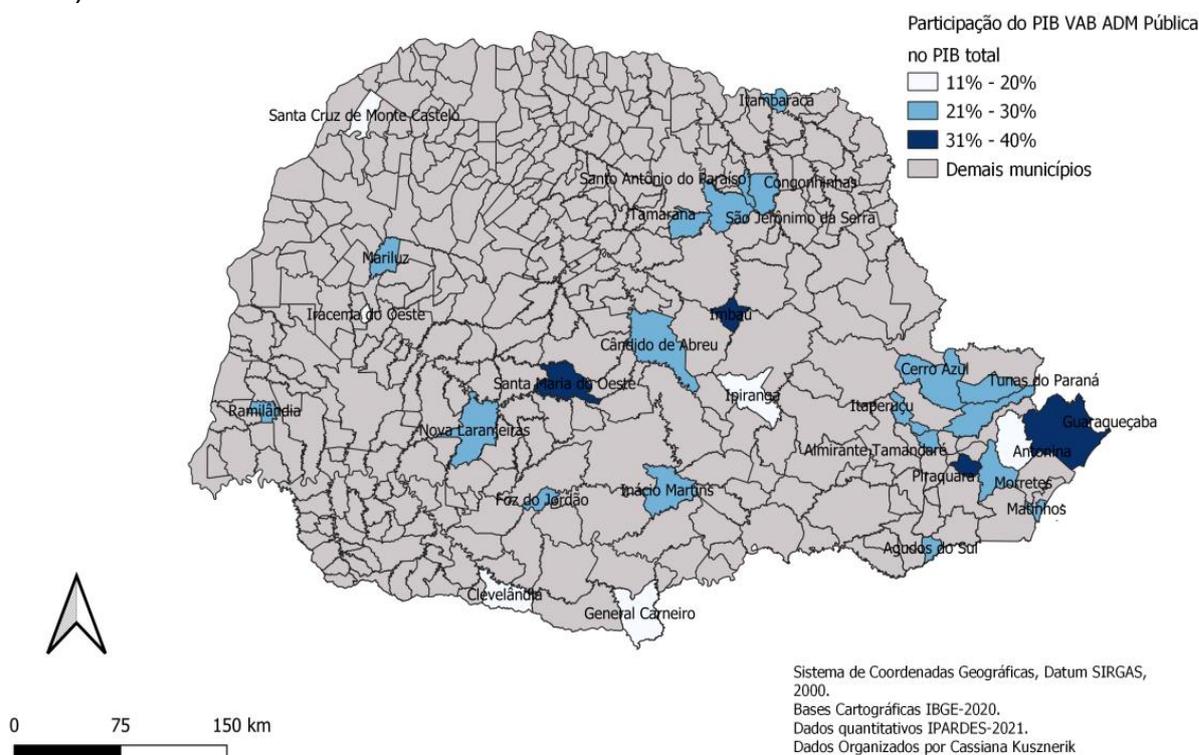


Fonte: elaboração própria, a partir de bases cartográficas do IBGE (2020) e de dados do IPARDES (2021).

Cabe destacar que as atividades de comércio e serviços são fortemente afetadas em momentos de crises econômicas, pois os consumidores tendem a diminuir ou substituir o consumo de bens e serviços que não são considerados essenciais, especialmente em momentos de dificuldade financeira.

De forma semelhante ao setor de comércio e serviços, no setor da administração pública observou-se que 6 municípios apresentam uma participação percentual de 15% a 20% no VAB total; 19 municípios com percentual de participação de 21% a 30% e não se observou municípios com participação inferior a 10%. Além disso, apenas quatro municípios apresentaram percentual mais alto entre os municípios da amostra, sendo de 31% a 40%, conforme pode ser observado pela figura 8.

Figura 8 – Participação percentual do valor adicionado a preços básicos (VAB) da administração pública no PIB total, valores em R\$ mil reais (média do período 2009 a 2018)



Fonte: elaboração própria, a partir de bases cartográficas do IBGE (2020) e de dados do IPARDES (2021).

De forma geral, por meio da análise do VAB observou-se que o PIB de muitos municípios tem como base o setor de comércio e serviços e poucos municípios estão baseados no setor da indústria, impactando de forma significativa a economia. Observou-se também uma participação considerável da administração pública em todos os municípios pesquisados. Já o setor primário apresentou pouca representatividade, apresentando mais expressividade apenas em municípios localizados no litoral paranaense ou em regiões próximas ao mesmo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou analisar a caracterização socioeconômica dos municípios do Paraná com nível médio-baixo no Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM), tomando como base os resultados de 2018 e seu comportamento ao longo do período de 2009 a 2018. Para tanto, considerou-se alguns aspectos conceituais de crescimento e desenvolvimento enquanto base para o desenvolvimento das análises. As contribuições do trabalho se destinam a continuidade da pesquisa científica e material de base sobre o tema, como sua utilização para formulação de políticas públicas.

Os municípios com IPDM médio-baixo em 2018 e 9 anos anteriores apresentaram baixa densidade populacional, enquadrados como municípios de pequeno porte, representando 93,10% do total da amostra. Apenas Piraquara e Almirante Tamandaré são considerados de médio porte. Com a estratificação do IPDM médio-baixo geral, observou-se a proximidade de 89,65% dos municípios ao IPDM médio. Tendência a melhoria da classificação dos municípios, como confirmado pela publicação recente do IPDM de 2019.

No que se refere às áreas do IPDM, foi possível identificar o IPDM saúde como área responsável pela elevação do IPDM geral nos municípios pesquisados. O IPDM educação se mostrou alternado nos 29 municípios, não sendo unânime seu comportamento. Já o IPDM emprego, renda e produção agropecuária se mostrou com menor contribuição em todos os anos estudados, na maioria dos municípios da amostra. Esta área figura-se, portanto, como prioritária para a mobilização de políticas públicas, visando fortalecimento de iniciativas com vistas a sua melhoria e potencial impacto no bem estar da população. Com o índice de Gini foi possível identificar municípios com média-baixa concentração de renda (18 municípios) e média concentração (11 municípios), indicando desigualdade na distribuição de renda.

Em relação ao PIB, apenas dois municípios apresentaram indicador mais expressivo em relação aos demais, sendo Piraquara e Almirante Tamandaré. Em relação a participação dos setores econômicos no valor adicionado bruto total, a agropecuária teve pouca participação em cidades litorâneas, tendo expressividade nas demais. No setor industrial apenas 3 municípios da amostra tiveram percentual

de participação acima de 21% no VAB total, demonstrando pouco desenvolvimento nos demais 26 municípios.

De forma geral, a indústria foi o setor econômico com menor participação percentual no VAB total da maioria dos municípios paranaenses com IPDM médio-baixo. Indicando assim, o baixo desenvolvimento desse setor.

Por fim, é importante destacar algumas limitações deste trabalho, especificamente relacionadas a: i) mudança de metodologia do IPDM, a partir de 2010, que implicou na limitação de análise comparativas para um período maior; e ii) defasagem temporal na divulgação dos dados socioeconômicos oficiais, que não possibilitam a análise de forma tempestiva. Nesse contexto, para o desenvolvimento de futuras pesquisas relacionadas a estas temáticas, recomenda-se utilização de outros indicadores de desenvolvimento com abrangência nacional.

REFERÊNCIAS

BARROS, R; STROPARO, T. R; MIKUSKA, R. Políticas Públicas e Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) nos municípios que compõe a ANCESPAR. **LAJBM**. Taubaté: São Paulo. V. 11, nº 2, p. 34-46, jul./dez. 2020.

BORTOLOTTI, M. A; PALUCH, N. C. C; CLAZER, E. A. Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal (IFDM) e o investimento público em saúde: uma análise nos municípios que compõe a Associação dos Municípios do Centro Sul do Paraná (ANCESPAR), no período de 2005-2010. In: IV JOPEE – Jornada De Pesquisas Econômicas, 2013. **Anais...** 013. p.1-11.

BORTOLOTTI, M. A; KUZMA, E. L. Relação entre o Índice Iparades de desempenho Municipal (IPDM) e o Índice FIRJAN de desenvolvimento Municipal (IFDM): Uma descrição da associação dos municípios do centro sul do estado do Paraná (ANCESPAR). In: IV JOPEE – Jornada De Pesquisas Econômicas, 2013. **Anais...** 013. p.1-15.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 16 fev. 2020.

FEIJÓ, C. A; RAMOS, R. L. O (Org.). **Contabilidade Social: a nova referência das contas nacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier 4ª Edição: 2013.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Indicador de desenvolvimento Econômico e social (IDES) dos estados brasileiros**: FGV Projetos. Documento Online, 2009, 44 páginas. Disponível em: [https://fgvprojetos.fgv.br/publicacao/indicador-de-desenvolvimento-economico-e-social-ides-dos-estados-brasileiros#:~:text=Fale%20Conosco-Indicador%20de%20Desenvolvimento%20Econ%C3%B4mico%20e%20Social%20\(DES\)%20dos%20Estados%20Brasileiros,performance%20de%20cada%20uma%20delas](https://fgvprojetos.fgv.br/publicacao/indicador-de-desenvolvimento-economico-e-social-ides-dos-estados-brasileiros#:~:text=Fale%20Conosco-Indicador%20de%20Desenvolvimento%20Econ%C3%B4mico%20e%20Social%20(DES)%20dos%20Estados%20Brasileiros,performance%20de%20cada%20uma%20delas). Acesso em: 16 fev. 2021.

GONSALVES, E. **Iniciação a pesquisa científica**. Campinas, SP: Editora Alínea 4ª edição, 2005.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Índice Iparades de Desenvolvimento Municipal: **Nota Metodológica**. Curitiba. 2018. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/ipdm/nota_metodologica_IPDM.pdf Acesso em: 17 mar. 2020.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Índice Iparades de Desenvolvimento Municipal: **IPDM Paraná**. Curitiba. 2018. Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/imagem/2021-03/6054a2addeea7-ipdm_dim_geral_2018.jpg Acesso em: 16 fev. 2021.

IBGE, **Instituto brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 09 set. 2020.

LAMONICA, M. T. Noções sobre crescimento e desenvolvimento econômico. In: Meirelles, D. C. **Economia: o que você precisa saber**. Rio de Janeiro, Editora Universidade Estácio de Sá, 2014.

LIMA, J. F. O problema econômico municipal no Paraná: o que fazer? **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. São Paulo Taubaté, V. 14, nº 3, maio/ago.2018.

MARCHIANE, G. A nova ordem ambiental e as mudanças nas rotinas das firmas: Uma abordagem amostral dos setores primários, secundários e terciários. 2014. Dissertação (Mestrado profissional em desenvolvimento econômico) - Setor de Ciências econômicas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba - Paraná, p. 100. 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/37883> Acesso em: 20 jan. 2022.

MILONE, P. C. Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. In: VASCONCELOS, M. A. S. Manual de economia. 5ª edição. São Paulo: Saraiva, 2004.

NETO, A. M. Et al. Desenvolvimento territorial no Brasil: reflexões sobre políticas e instrumentos no período recente e propostas de aperfeiçoamento. In NETO, A. M. Et al; CASTRO, C. N; BRANDÃO, C. A (Org.). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro – Ipea, 2017.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**. Curitiba, V.5, nº2, p. 37-48, maio/ago. 2002.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento sustentável**. Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf> Acesso em: 19 mar. 2021.

PEREIRA, L. C. B. Desenvolvimento, Progresso e crescimento Econômico. **Lua Nova**. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n93/03.pdf> Acesso em: 12 mai. 2020.

PEREIRA, L. C. B. **Crescimento e desenvolvimento econômico**. Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Junho, 2008.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Rio Grande do Sul: Feevale, 2013.

SANDRONI. P. Novíssimo Dicionário de economia. São Paulo: Editora Best Seller. 1999. Disponível em:

[http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/magaldi/GEO ECONOMICA 2019/dicionario-de-economia-sandroni.pdf](http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/magaldi/GEO_ECONOMICA_2019/dicionario-de-economia-sandroni.pdf) Acesso em: 15 mai. 2020.

SANTOS, E. L.; BRAGA, V.; SANTOS, R. S.; BRAGA, A. M. S. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **Revista Regional em debate**, v. 2, n. 1, p. 44-61. 2012.

SIEDENBERG, D. R. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese. **Desenvolvimento em questão**. Rio Grande do Sul, V. 1, nº1. Jan./Jun., 2003. p. 45-71. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75210104> Acesso em: 14 mai. 2020.

SILVA, A. M. **Metodologia da pesquisa**. Ceará, Eduece, 2015.

SILVEIRA, D. T; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E; SILVEIRA. D. T (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

SOUZA, N. de J. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 2006.

SOUZA, A. C; GERHARDT. T. E. Aspectos teóricos e conceituais. In: GERHARDT, T. E; SILVEIRA. D. T (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

TERNOSKI, D. M; RIBEIRO, F; CLEMENTE, A. influência da aplicação de recursos públicos nas áreas de educação e saúde com os índices sociais nos municípios paranaenses. **Revista Capital Científico**. V. 15, n. 1. Jan./mar. 2017.

VASCONCELLOS, M. A. S. GARCIA, M. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva. 2007.

APÊNDICE

Quadro 7 – IPDM geral e por áreas dos municípios da amostra da pesquisa (2010-2018)

Municípios	Variável	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Agudos do Sul	Índice Iparde de Desempenho Municipal (IPDM)	0,4122	0,3904	0,3828	0,4684	0,5418	0,5576	0,5559	0,6134	0,5939
Agudos do Sul	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,4068	0,3446	0,3467	0,3402	0,364	0,3507	0,3171	0,418	0,3304
Agudos do Sul	IPDM - Educação	0,3198	0,416	0,352	0,4755	0,5531	0,5548	0,5974	0,5852	0,6473
Agudos do Sul	IPDM - Saúde	0,51	0,4106	0,4499	0,5895	0,7082	0,7671	0,7533	0,837	0,8038
Almirante Tamandaré	Índice Iparde de Desempenho Municipal (IPDM)	0,4656	0,5009	0,5055	0,5276	0,5312	0,5363	0,5494	0,5906	0,5929
Almirante Tamandaré	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,4145	0,4372	0,4396	0,4221	0,44	0,3955	0,4008	0,4247	0,4048
Almirante Tamandaré	IPDM - Educação	0,2931	0,3572	0,3477	0,4133	0,3949	0,447	0,4645	0,5414	0,5576
Almirante Tamandaré	IPDM - Saúde	0,6892	0,7084	0,7294	0,7474	0,7588	0,7663	0,7829	0,8058	0,8163
Antonina	Índice Iparde de Desempenho Municipal (IPDM)	0,474	0,4545	0,4187	0,4083	0,4621	0,4976	0,4786	0,4834	0,4877
Antonina	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,4168	0,4337	0,4171	0,4344	0,4122	0,4012	0,4431	0,4011	0,4643
Antonina	IPDM - Educação	0,381	0,366	0,3606	0,3343	0,4127	0,4904	0,5069	0,5698	0,5564
Antonina	IPDM - Saúde	0,6242	0,5637	0,4785	0,4561	0,5614	0,6012	0,486	0,4791	0,4426
Bocaiúva do Sul	Índice Iparde de Desempenho Municipal (IPDM)	0,3651	0,4325	0,4642	0,4985	0,5538	0,4918	0,5776	0,5291	0,5459
Bocaiúva do Sul	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,4219	0,4065	0,4172	0,4487	0,4714	0,4053	0,4838	0,4387	0,44
Bocaiúva do Sul	IPDM - Educação	0,3031	0,3824	0,3515	0,4277	0,4988	0,4153	0,5457	0,4771	0,5377
Bocaiúva do Sul	IPDM - Saúde	0,3702	0,5086	0,624	0,619	0,6914	0,6548	0,7035	0,6714	0,6599
Cândido de Abreu	Índice Iparde de Desempenho Municipal (IPDM)	0,4587	0,4441	0,3754	0,4229	0,4791	0,506	0,5524	0,6079	0,5754
Cândido de Abreu	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,3605	0,394	0,3341	0,3835	0,3857	0,3553	0,3751	0,3659	0,366
Cândido de Abreu	IPDM - Educação	0,4922	0,5785	0,4691	0,5809	0,6132	0,6227	0,6401	0,7098	0,7136
Cândido de Abreu	IPDM - Saúde	0,5233	0,3598	0,3229	0,3043	0,4383	0,5401	0,6421	0,7478	0,6467
Cerro Azul	Índice Iparde de Desempenho Municipal (IPDM)	0,328	0,3424	0,371	0,4294	0,436	0,4755	0,4514	0,5322	0,5382
Cerro Azul	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,3312	0,3427	0,3546	0,3796	0,3475	0,3467	0,3309	0,3848	0,3626
Cerro Azul	IPDM - Educação	0,2266	0,3412	0,3193	0,3132	0,2929	0,3804	0,3898	0,4611	0,4694
Cerro Azul	IPDM - Saúde	0,4262	0,3434	0,4389	0,5954	0,6676	0,6994	0,6335	0,7506	0,7827
Clevelândia	Índice Iparde de Desempenho Municipal (IPDM)	0,4843	0,4928	0,4862	0,4853	0,482	0,5046	0,5434	0,5431	0,5792
Clevelândia	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,406	0,4361	0,4228	0,419	0,426	0,3962	0,4128	0,4283	0,4036
Clevelândia	IPDM - Educação	0,39	0,3833	0,3795	0,4809	0,5010	0,5389	0,6192	0,5834	0,6589
Clevelândia	IPDM - Saúde	0,657	0,659	0,6562	0,556	0,5191	0,5788	0,5981	0,6175	0,675
Congonhinhas	Índice Iparde de Desempenho Municipal (IPDM)	0,5839	0,5292	0,5164	0,5529	0,5812	0,6122	0,5884	0,568	0,5901

Congonhinhas	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,3545	0,3563	0,3624	0,3852	0,3665	0,3716	0,3737	0,389	0,3739
Congonhinhas	IPDM - Educação	0,5892	0,5519	0,4898	0,5605	0,5676	0,6992	0,6833	0,7121	0,7265
Congonhinhas	IPDM - Saúde	0,8081	0,6794	0,6969	0,713	0,8095	0,7657	0,7083	0,603	0,67
Foz do Jordão	Índice Iparde de Desempenho Municipal (IPDM)	0,4709	0,5482	0,5225	0,518	0,5384	0,5236	0,5518	0,5542	0,5823
Foz do Jordão	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,396	0,4283	0,3374	0,4061	0,3979	0,3496	0,3586	0,3413	0,4127
Foz do Jordão	IPDM - Educação	0,3849	0,4624	0,5065	0,469	0,5177	0,5141	0,4913	0,5367	0,5456
Foz do Jordão	IPDM - Saúde	0,6318	0,754	0,7235	0,6788	0,6997	0,7072	0,8055	0,7847	0,7888
General Carneiro	Índice Iparde de Desempenho Municipal (IPDM)	0,5153	0,5309	0,5252	0,5516	0,5524	0,5408	0,5556	0,5976	0,5932
General Carneiro	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,4048	0,4166	0,3768	0,4169	0,4048	0,3797	0,3794	0,3892	0,3625
General Carneiro	IPDM - Educação	0,5555	0,577	0,5752	0,5748	0,5816	0,5143	0,5979	0,6177	0,637
General Carneiro	IPDM - Saúde	0,5856	0,5992	0,6235	0,6631	0,6707	0,7285	0,6896	0,7858	0,7801
Guaraqueçaba	Índice Iparde de Desempenho Municipal (IPDM)	0,3494	0,405	0,3825	0,4164	0,4203	0,466	0,4475	0,4349	0,4629
Guaraqueçaba	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,3508	0,3328	0,334	0,3826	0,3448	0,3872	0,3351	0,369	0,3202
Guaraqueçaba	IPDM - Educação	0,1715	0,2632	0,2325	0,2666	0,3114	0,3702	0,409	0,4055	0,4909
Guaraqueçaba	IPDM - Saúde	0,5259	0,619	0,581	0,6001	0,6048	0,6406	0,5984	0,5302	0,5775
Inácio Martins	Índice Iparde de Desempenho Municipal (IPDM)	0,4769	0,4771	0,4725	0,4791	0,5198	0,5196	0,5228	0,564	0,5536
Inácio Martins	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,3557	0,3664	0,3612	0,3611	0,3899	0,3514	0,3291	0,3818	0,364
Inácio Martins	IPDM - Educação	0,4019	0,3947	0,3579	0,4244	0,433	0,4341	0,4518	0,5095	0,5353
Inácio Martins	IPDM - Saúde	0,6729	0,6702	0,6983	0,6519	0,7364	0,7732	0,7874	0,8008	0,7616
Ipiranga	Índice Iparde de Desempenho Municipal (IPDM)	0,5269	0,5374	0,5119	0,5129	0,5269	0,4567	0,4728	0,571	0,5886
Ipiranga	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,3777	0,413	0,3907	0,403	0,3974	0,3793	0,4005	0,4127	0,3964
Ipiranga	IPDM - Educação	0,5831	0,6303	0,5542	0,5524	0,6155	0,474	0,4963	0,7794	0,7732
Ipiranga	IPDM - Saúde	0,6198	0,5688	0,5907	0,5834	0,5677	0,5167	0,5217	0,521	0,5963
Imbaú	Índice Iparde de Desempenho Municipal (IPDM)	0,4728	0,4993	0,4871	0,5145	0,5359	0,5154	0,5132	0,5676	0,5995
Imbaú	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,4541	0,3724	0,3703	0,3775	0,415	0,3631	0,3615	0,3987	0,3937
Imbaú	IPDM - Educação	0,3801	0,4776	0,456	0,4382	0,4786	0,5066	0,5529	0,6597	0,6843
Imbaú	IPDM - Saúde	0,5841	0,648	0,635	0,7279	0,714	0,6766	0,6252	0,6444	0,7205
Iracema do Oeste	Índice Iparde de Desempenho Municipal (IPDM)	0,5794	0,6283	0,6141	0,5586	0,5922	0,562	0,5842	0,6228	0,5934
Iracema do Oeste	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,4094	0,4088	0,393	0,3959	0,4031	0,3804	0,3931	0,432	0,3838
Iracema do Oeste	IPDM - Educação	0,6598	0,8129	0,6729	0,7315	0,7367	0,7325	0,7566	0,8047	0,7685
Iracema do Oeste	IPDM - Saúde	0,669	0,6631	0,7763	0,5484	0,6368	0,573	0,603	0,6317	0,6279
Itambaracá	Índice Iparde de Desempenho Municipal (IPDM)	0,5801	0,5677	0,5237	0,5633	0,5817	0,6466	0,6242	0,6136	0,5772
Itambaracá	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,3633	0,3627	0,3595	0,3566	0,3875	0,3666	0,3558	0,3825	0,3879
Itambaracá	IPDM - Educação	0,7213	0,6657	0,6523	0,7189	0,7179	0,7656	0,7508	0,7309	0,6435
Itambaracá	IPDM - Saúde	0,6558	0,6748	0,5592	0,6143	0,6397	0,8076	0,7659	0,7275	0,7001

Itaperuçu	Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM)	0,3728	0,3872	0,3393	0,4149	0,4371	0,4673	0,508	0,5301	0,5781
Itaperuçu	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,4034	0,3818	0,3732	0,3872	0,369	0,3632	0,418	0,3641	0,4307
Itaperuçu	IPDM - Educação	0,2286	0,334	0,2377	0,3858	0,401	0,4332	0,4716	0,538	0,553
Itaperuçu	IPDM - Saúde	0,4865	0,4457	0,4069	0,4718	0,5414	0,6055	0,6343	0,6882	0,7507
Mariluz	Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM)	0,4758	0,5258	0,5318	0,5451	0,5667	0,5745	0,5714	0,5689	0,5727
Mariluz	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,3476	0,3893	0,3654	0,3801	0,4096	0,4092	0,4085	0,3892	0,4052
Mariluz	IPDM - Educação	0,4507	0,5151	0,5638	0,538	0,5314	0,5656	0,6234	0,6859	0,65
Mariluz	IPDM - Saúde	0,6292	0,6731	0,6662	0,7171	0,7592	0,7488	0,6822	0,6316	0,663
Matinhos	Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM)	0,5615	0,5484	0,5808	0,6121	0,6409	0,6448	0,6071	0,6045	0,586
Matinhos	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,4763	0,4588	0,4811	0,4958	0,5235	0,5175	0,4296	0,48	0,4509
Matinhos	IPDM - Educação	0,6205	0,6561	0,7179	0,774	0,7923	0,8428	0,8647	0,8539	0,8321
Matinhos	IPDM - Saúde	0,5878	0,5304	0,5435	0,5665	0,6069	0,574	0,5269	0,4795	0,4749
Morretes	Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM)	0,4412	0,4505	0,4894	0,5199	0,5219	0,5201	0,5444	0,5567	0,5763
Morretes	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,3915	0,3802	0,3829	0,4183	0,4109	0,3559	0,412	0,4247	0,4219
Morretes	IPDM - Educação	0,3408	0,4162	0,471	0,472	0,4423	0,4727	0,5159	0,5932	0,6412
Morretes	IPDM - Saúde	0,5913	0,5552	0,6144	0,6694	0,7125	0,7317	0,7051	0,6524	0,6659
Nova Laranjeiras	Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM)	0,3893	0,4108	0,3565	0,4602	0,4887	0,5271	0,4969	0,5396	0,5005
Nova Laranjeiras	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,3549	0,3755	0,2454	0,4396	0,4111	0,4048	0,3308	0,4162	0,364
Nova Laranjeiras	IPDM - Educação	0,4588	0,5388	0,466	0,4746	0,5139	0,5484	0,5975	0,6187	0,6165
Nova Laranjeiras	IPDM - Saúde	0,3541	0,3182	0,3582	0,4664	0,5413	0,6282	0,5626	0,5839	0,521
Piraquara	Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM)	0,4598	0,5088	0,4787	0,5068	0,5096	0,5587	0,5683	0,5989	0,581
Piraquara	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,3854	0,4609	0,4287	0,4468	0,4151	0,4244	0,3987	0,4316	0,3825
Piraquara	IPDM - Educação	0,3813	0,4873	0,4378	0,4584	0,4528	0,497	0,5337	0,5636	0,5782
Piraquara	IPDM - Saúde	0,6126	0,578	0,5697	0,6152	0,6608	0,7548	0,7725	0,8014	0,7824
Ramilândia	Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM)	0,561	0,5188	0,4735	0,5683	0,5791	0,5565	0,5935	0,5791	0,5582
Ramilândia	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,3446	0,3634	0,3144	0,3756	0,3616	0,3674	0,342	0,4028	0,3504
Ramilândia	IPDM - Educação	0,649	0,5931	0,5281	0,6834	0,6549	0,5538	0,6125	0,6406	0,6787
Ramilândia	IPDM - Saúde	0,6893	0,5999	0,5781	0,6459	0,7207	0,7483	0,8258	0,6938	0,6454
Santa Cruz de Monte Castelo	Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM)	0,5934	0,6388	0,607	0,6242	0,6412	0,6526	0,6437	0,6189	0,5911
Santa Cruz de Monte Castelo	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,3967	0,425	0,3858	0,4038	0,4197	0,3613	0,3749	0,4278	0,4172
Santa Cruz de Monte Castelo	IPDM - Educação	0,624	0,6615	0,6399	0,6618	0,6554	0,6959	0,7083	0,5902	0,5611
Santa Cruz de Monte Castelo	IPDM - Saúde	0,7593	0,8298	0,7953	0,8069	0,8485	0,9006	0,848	0,8388	0,7948
Santa Maria do Oeste	Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM)	0,4034	0,4597	0,4687	0,5456	0,549	0,5507	0,5103	0,5078	0,5078
Santa Maria do Oeste	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,3375	0,3604	0,3524	0,3684	0,3968	0,3397	0,3389	0,3845	0,358

Santa Maria do Oeste	IPDM - Educação	0,4458	0,5303	0,4407	0,5246	0,5065	0,5439	0,5586	0,5653	0,5921
Santa Maria do Oeste	IPDM - Saúde	0,427	0,4882	0,6129	0,7438	0,7439	0,7687	0,6335	0,5735	0,5731
Santo Antônio do Paraíso	Índice Iparde de Desempenho Municipal (IPDM)	0,6003	0,5954	0,5795	0,6219	0,6189	0,5548	0,5855	0,5642	0,5623
Santo Antônio do Paraíso	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,437	0,4405	0,4361	0,4073	0,4222	0,4153	0,4099	0,4273	0,4168
Santo Antônio do Paraíso	IPDM - Educação	0,7554	0,7498	0,7097	0,7207	0,7394	0,7406	0,7545	0,8274	0,854
Santo Antônio do Paraíso	IPDM - Saúde	0,6083	0,5959	0,5928	0,7377	0,6951	0,5084	0,5922	0,4378	0,416
São Jerônimo da Serra	Índice Iparde de Desempenho Municipal (IPDM)	0,3438	0,4122	0,4382	0,4764	0,502	0,5267	0,5177	0,4923	0,5163
São Jerônimo da Serra	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,3545	0,3713	0,3428	0,35	0,3607	0,3675	0,3506	0,3552	0,3724
São Jerônimo da Serra	IPDM - Educação	0,2846	0,3587	0,3016	0,3179	0,3333	0,3824	0,396	0,3802	0,4786
São Jerônimo da Serra	IPDM - Saúde	0,3925	0,5064	0,6701	0,7615	0,812	0,8303	0,8064	0,7415	0,6981
Tamarana	Índice Iparde de Desempenho Municipal (IPDM)	0,5724	0,5753	0,5787	0,5509	0,516	0,5511	0,5473	0,5614	0,5523
Tamarana	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,4255	0,4279	0,4414	0,4644	0,4412	0,4295	0,4146	0,4291	0,459
Tamarana	IPDM - Educação	0,5072	0,5167	0,5122	0,3909	0,3427	0,3925	0,4133	0,4500	0,4619
Tamarana	IPDM - Saúde	0,7846	0,7813	0,7824	0,7974	0,7641	0,8312	0,814	0,8051	0,7361
Tunas do Paraná	Índice Iparde de Desempenho Municipal (IPDM)	0,393	0,4551	0,4394	0,4698	0,4942	0,5773	0,5519	0,5526	0,5132
Tunas do Paraná	IPDM - Renda, Emprego e Produção Agropecuária	0,5184	0,5119	0,5214	0,5509	0,492	0,462	0,3917	0,4263	0,401
Tunas do Paraná	IPDM - Educação	0,3386	0,4855	0,4496	0,3951	0,3872	0,4481	0,4407	0,4338	0,3858
Tunas do Paraná	IPDM - Saúde	0,3221	0,3681	0,3473	0,4635	0,6033	0,8217	0,8234	0,7978	0,7527

Fonte: IPARDES (2021)

Hilke Carlyle de Medeiros Costa

Direito Público: Constitucional, Administrativo e Tributário

Bacharel em Direito

Advogado - OAB/AM 15.347

hilkecarlyle.adv@gmail.com

Eryck Dieb Souza

Doutorando em Educação Brasileira - UFC

<https://orcid.org/0000-0002-4245-4989>

eryckdieb@gmail.com

Carlos Alberto Feitosa dos Santos

Mestrando em Psicologia Instituição: Universidade Ibirapuera (UNIB)Endereço:

Av. Interlagos, 1329,Chácara Flora, São Paulo -SP, CEP: 04661-100E-

mail:feitosa2006@yahoo.com.br

CONTABILIDADE SOCIAL: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES COM IPDM MÉDIO-BAIXO

A busca por melhores condições de vida passou a ser objetivo da maioria dos países do mundo, não sendo diferente no Brasil. O presente trabalho busca evidenciar aspectos do desenvolvimento e crescimento econômico nos municípios paranaenses com IPDM médio-baixo entre os anos de 2009 e 2018, por meio da caracterização social e econômica. O ponto de partida para a pesquisa foi o indicador de 2018, por meio das contas da contabilidade social e dados organizados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). A pesquisa teve caráter descritivo, com abordagem qualitativa, tendo como amostra 29 municípios paranaenses com IPDM médio-baixo no ano de 2018. Os resultados gerais apontaram que 93,10% dos municípios pesquisados são de pequeno porte. Ao realizar a estratificação do IPDM médio-baixo em três subclasses, evidenciou-se a proximidade dos municípios ao IPDM médio, sugerindo sua evolução positiva futuramente. Sobre as áreas de composição do IPDM: i) a saúde configura-se como uma importante área que auxilia na elevação do IPDM geral; ii) a área da educação mantém-se em oscilação, não sendo unânime seu comportamento; e iii) na área de emprego, renda e produção agropecuária, o indicador se mostrou deficitário em todos os anos, demandando atenção em termos de políticas públicas em vista a qualidade de vida da população envolvida.

Autores

Home Editora
CNPJ: 39.242.488/0002-80
www.homeeditora.com
contato@homeeditora.com
91988165332
Tv. Quintino Bocaiúva, 23011 - Batista
Campos, Belém - PA, 66045-315

